



SARDOAL
MUNICÍPIO



Relatório de Gestão

Ano 2023

Índice

Nota Introdutória	4
Nota Prévia	4
Enquadramento	4
Principais resultados	6
Capítulo I - Caracterização dos Recursos Humanos	6
Introdução.....	6
Trabalhadores por cargo/carreira	6
Trabalhadores por Género	7
Trabalhadores por relação Jurídica de Emprego	7
Trabalhadores por Estrutura das Idades.....	8
Trabalhadores por estrutura habilitacional	8
Motivos de ausência por cargo / carreira.....	9
Horas de Formação por cargo / carreira	9
Conclusões	9
Capítulo II – Reporting financeiro	10
1. Análise orçamental	11
1.1 Receita.....	13
1.1 Receita própria	14
1.1.2 Transferências obtidas	16
1.1.3 Passivos Financeiros	18
1.2 Despesa	19
1.2.1 Despesa por natureza económica – corrente e capital	20
1.2.2 Taxa de execução da despesa corrente e de capital	21
1.2.3 Despesa com aquisição de bens e serviços.....	25
1.3 Resultado orçamental.....	26
1.4. Principais indicadores orçamentais	27
2. Análise económica-financeira.....	29
2.1. Balanço	29
2.2. Demonstração de resultados.....	29
2.3. Indicadores económico-financeiros.....	33
2.4. Equilíbrio orçamental	37
2.5. Endividamento Municipal.....	39
2.6. Dívida Global.....	39

2.6.1 Prazo médio de pagamentos.....	40
3.Contabilidade de Gestão.....	41
3.1. Análise de custos por bem ou serviço.....	42
4.Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso.....	44
5. Proposta de Aplicação de Resultados.....	44
Capítulo III – Reporting de atividades	45
1.1 Das Funções Gerais da Administração Autárquica	45
1.2 Das Funções Sociais.....	47
1.3 Das Funções Económicas.....	52
1.4 Das Outras Funções.....	52
2. Grandes Opções do Plano	52

Nota Introdutória

Nota Prévia

Em cumprimento com o disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei 75/13, de 12 de setembro), compete ao Órgão Executivo elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.

Além dos diplomas já referenciados anteriormente, o documento agora apresentado foi elaborado à luz do preconizado por diversos diplomas legais, de entre os quais se destacam, todos na sua redação atual:

- Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho – Notas de enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional;
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso;
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime jurídico das autarquias locais;
- Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro - Lei de enquadramento orçamental;
- Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto – Regime jurídico da recuperação financeira municipal;
- Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro - Orçamento do Estado para 2023;
- Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro - Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2023;

De referir ainda que os documentos de prestação de contas, referente ao ano de 2023, estão de acordo com os princípios Contabilísticos previstos no referencial anteriormente referido, sendo as contas anuais certificadas pela sociedade ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Enquadramento

Conforme decorre do estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **é competência dos Órgãos do Município a aprovação e apreciação dos documentos de prestação de contas.**

Nessa sequência, dando cumprimento ao preceituado na referida Lei, apresenta-se a **Prestação de Contas referente ao exercício de 2023.**

Considerando que o novo referencial, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que define todos os procedimentos para a prestação de contas públicas com intuito de traduzir de forma clara e consistente as atividades desenvolvidas em 2023 pelo Município, bem como a sua situação patrimonial e financeira, de modo a que todos os que se interessam pela atividade e gestão municipal disponham dos elementos necessários para avaliar o que foi feito, os meios disponíveis e a eficácia e eficiência da sua utilização (informação financeira e não financeira), nomeadamente:

- Proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras;
- A responsabilização pela prestação de contas;
- A tomada de decisões.

De referir ainda que o **relatório de gestão** integra os documentos de prestação e contas, e foi elaborado com base na estrutura conceptual plasmada na NCP1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

Deve ser lido em complementaridade com as notas às demonstrações financeiras constantes no documento da **Prestação de Contas de 2023**.

Assim, e com intuito em se responder às necessidades que a comunidade sardoalense têm vindo a sentir, o ano de 2023, foi o ano de se retomar à normalidade, dando continuidade à atividade do Município.

Contudo, o ano de 2023, foi vivido tendo em conta incertezas, ao nível macroeconómico, nomeadamente:

- As tensões geopolíticas associadas à guerra na Ucrânia, que fez inflacionar os bens energéticos e alimentares;
- A elevada taxa de inflação que implicou um risco de maior restritividade da política monetária;
- O conflito entre Israel e Gaza que originou a continuidade das elevadas taxas de inflação.

Assim, tais fatores, no ano de 2023, tiveram um impacto muito relevante, quer do lado da despesa, quer do lado da receita, com consequências em termos de resultado do exercício.

Tal como no ano anterior, o presente relatório irá dividir-se em três grandes capítulos: recursos humanos, reporting financeiro e reporting de atividades, relatando não só a execução do orçamento do ano 2023, bem como a situação económico-financeira, apresentando em anexo as demonstrações financeiras.

Principais resultados

Destacam-se os seguintes resultados:

- Taxa de execução da receita – **81%**;
- Taxa de execução da despesa – **80%**;
- Resultado líquido do período **negativo** - **€ 997 946,28**;
- **Aumento** da Dívida Total - **€ 814 672,02**;
- Pagamentos em atraso a mais de 90 dias – **€ 149.283,69**;
- Prazo médio de Pagamentos – **104 dias**;

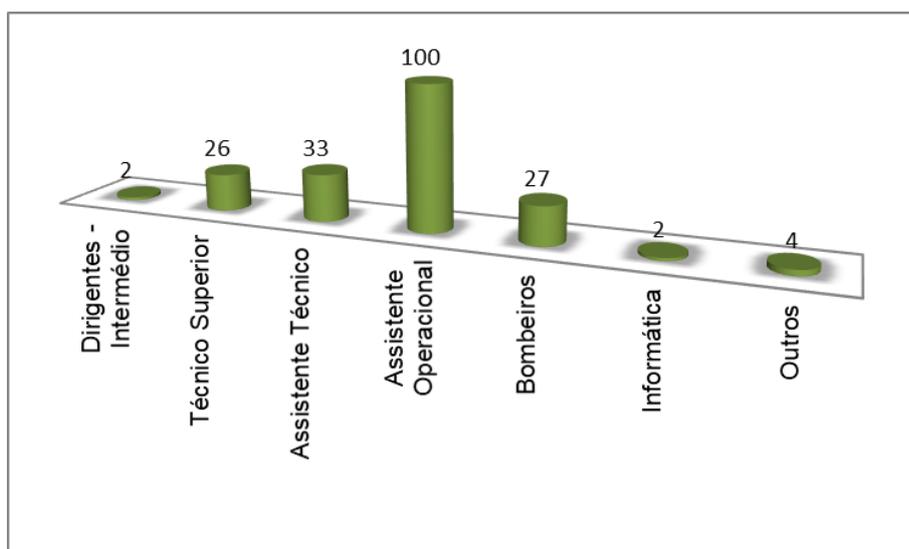
Capítulo I - Caracterização dos Recursos Humanos

Introdução

A caracterização dos Recursos Humanos, enquanto Balanço Social, constitui um instrumento de planeamento e gestão dos recursos humanos e uma ferramenta fundamental para o conhecimento sobre a situação social do Município.

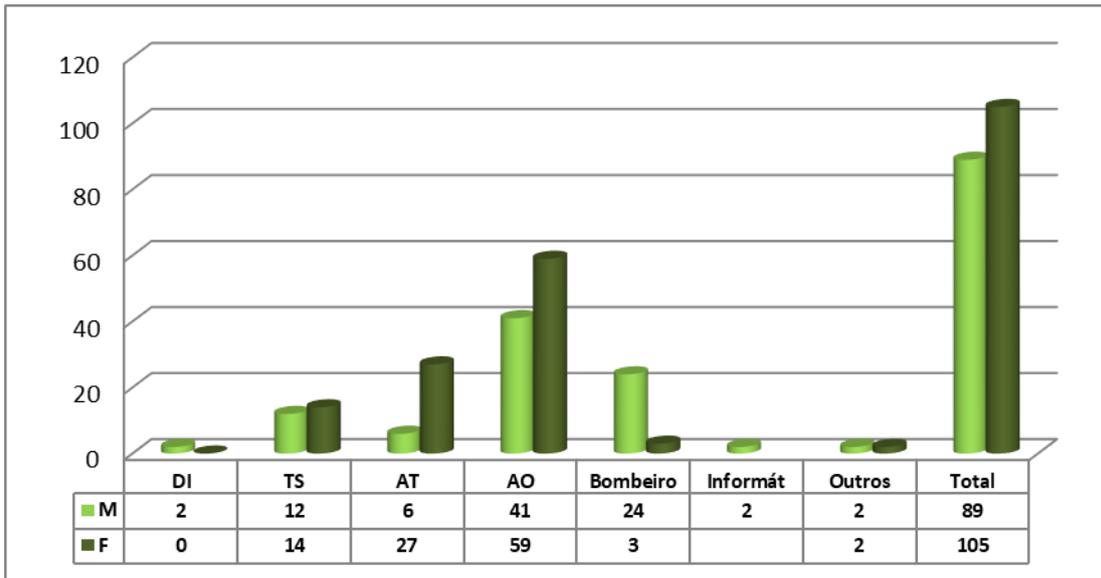
No seguimento de anos anteriores, e no atual contexto, de racionalização dos serviços, procuramos dar a conhecer um conjunto de indicadores da situação do Município, nesta área, proporcionando um conhecimento efetivo e global do universo dos trabalhadores do mesmo.

Trabalhadores por cargo/carreira



Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira

Trabalhadores por Género

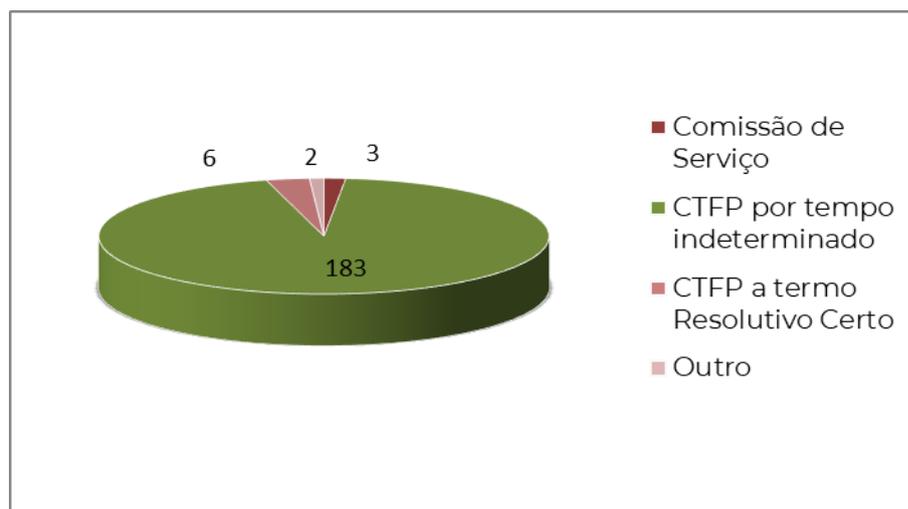


Contagem dos trabalhadores segundo género, por cargo/carreira

Trabalhadores por relação Jurídica de Emprego

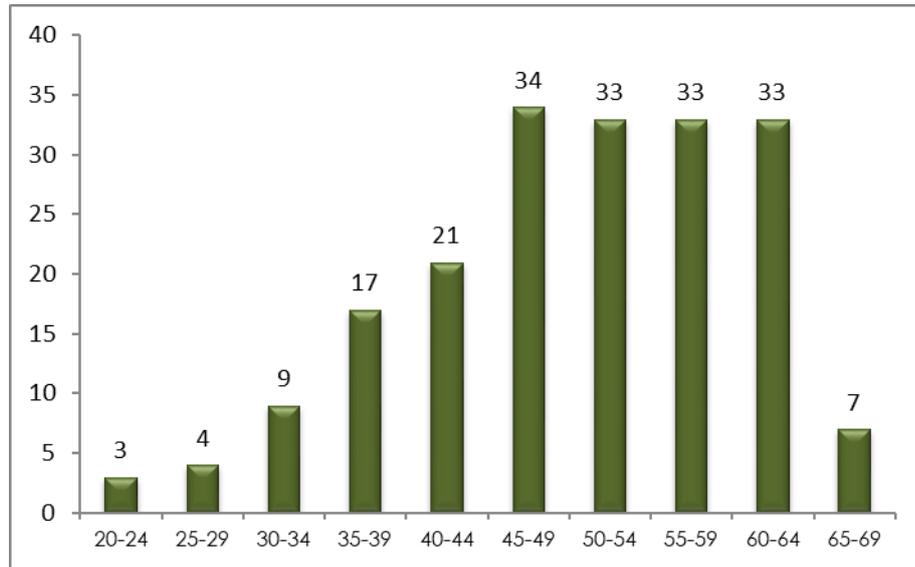
Trabalhadores segundo a relação jurídica, por cargo/carreira

Vínculo	DI	TS	AT	AO	Bombeiro	Informát	Outros	Total
Comissão de Serviço	2				1			3
CTFP por tempo indeterminado		26	33	94	26	2	2	183
CTFP a termo Resolutivo Certo				6				6
Outro							2	2
Totais	2	26	33	100	27	2	4	194



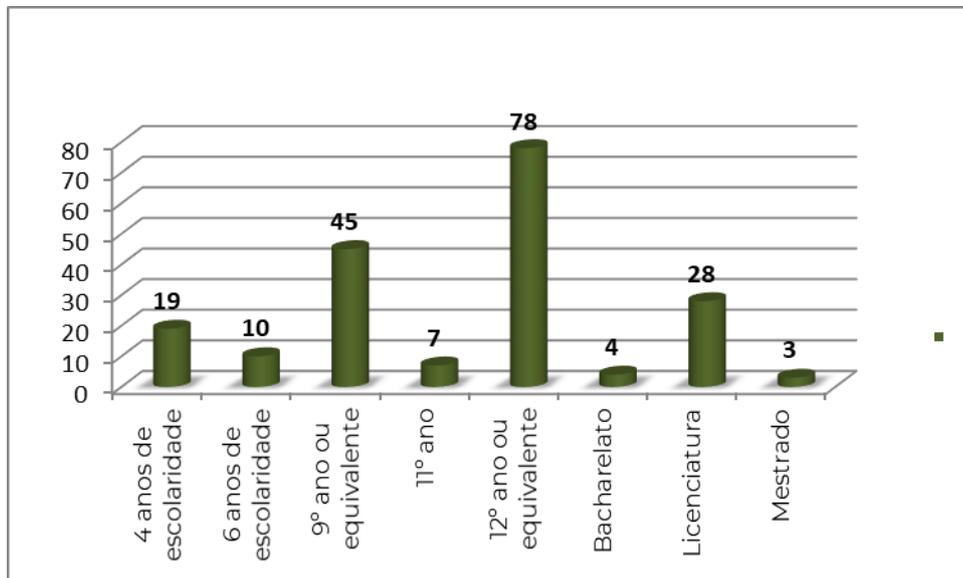
Contagem dos trabalhadores segundo relação jurídica de emprego

Trabalhadores por Estrutura das Idades



Contagem dos trabalhadores segundo escalões de idades

Trabalhadores por estrutura habilitacional

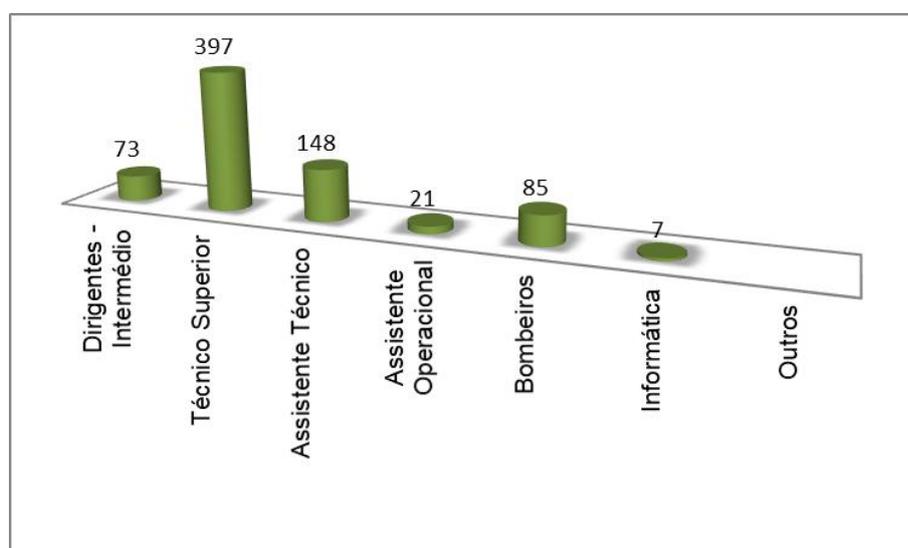


Trabalhadores segundo as habilitações

Motivos de ausência por cargo / carreira

Tipo de ausência	DI	TS	AT	AO	Bombeiro	Inform.	Outros	Total
Casamento	0,0	0,0	0,0	15,0	0,0	0,0	0,0	15,0
Proteção na parentalidade	0,0	4,0	14,0	15,0	125,0	0,0	0,0	158,0
Falecimento de familiar	2,0	10,0	9,5	63,0	6,0	2,0	0,0	92,5
Doença	0,0	28,0	665,0	2 863,0	271,0	0,0	12,0	3 839,0
Por acidente em serviço ou doença profissional	0,0	47,0	25,0	301,0	47,0	0,0	0,0	420,0
Assistência a familiares	0,0	52,0	30,0	110,0	0,0	0,0	0,0	192,0
Trabalhador Estudante	0,0	0,0	0,0	16,0	5,0	0,0	0,0	21,0
Por conta do período de férias	0,0	13,5	26,0	28,0	2,0	1,0	12,5	83,0
Com perda de vencimento	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0		0,0	0,5
Greve	0,0	5,0	10,0	57,0	1,0	0,0	0,0	73,0
Injustificadas	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0
Totais	2,0	160,0	779,5	3 469,0	457,0	3,0	24,5	4 895,0

Horas de Formação por cargo / carreira



Conclusões

- No final do ano o número de trabalhadores era de 194, sendo 89 homens e 105 mulheres;
- A carreira/ cargo que predomina é a de Assistente Operacional (100 trabalhadores), registando um aumento de 9 trabalhadores face ao ano anterior;
- Em relação ao regime jurídico de emprego, 94% tem CTFP por tempo indeterminado (183 Trabalhadores);
- Ao nível dos escalões de idades, 33 trabalhadores têm idades entre os 55 e 59 anos, verifica-se ainda que 33 trabalhadores têm mais de 60 anos;
- Em relação à escolaridade, 78 trabalhadores possuem o 12º ano de escolaridade ou equivalente. De referir que 35 trabalhadores tem o curso superior;
- 78% das ausências são motivadas por doença.

Capítulo II – Reporting financeiro

Considerando que o Sistema de Normalização Contabilística, direcionado para a Administração Pública (SNC-AP) foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e que já vigora desde 01 de janeiro de 2020, em que a prestação de contas tem sido elaborada ao abrigo deste novo normativo contabilístico, tendo-se procurado, de ano para ano, melhorar a informação a prestar.

De acordo com o preâmbulo do diploma que o aprovou, o SNC-AP permite a implementação do regime do acréscimo na contabilidade e relatórios financeiros das administrações públicas, articulando-o com a atual base de caixa modificada. Ao mesmo tempo, promove a harmonização ao institucionalizar o Estado como uma entidade que relata, através da elaboração de demonstrações orçamentais e financeiras, de forma individual e consolidada através de um sistema de informação contabilístico que fornece os relatórios orçamentais e financeiros que as administrações públicas necessitam.

O SNC-AP assenta numa nova estrutura concetual da informação financeira pública, em normas de contabilidade pública convergentes com as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), em novos modelos de demonstrações financeiras, sendo o atual normativo constituído pelos subsistemas de **contabilidade orçamental**, de **contabilidade financeira** e de **contabilidade de gestão**.

Conforme consta no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, “o SNC-AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação, como por exemplo:

- Evidência a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- Contribui para uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- Proporciona informação para o cálculo dos gastos dos serviços públicos;
- Proporciona informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão;
- Proporciona informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
- Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;
- Proporciona informação útil para a tomada de decisão do órgão de gestão;

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

1. Análise orçamental

A receita total cobrada atingiu 8,597 milhões de euros, dos 10,646 milhões de euros de receita corrigida, apresentando uma execução, no fim do ano de 2023, de 81%, pelo que no ano corrente, 2024, a mesma não poderá ser inferior a 85%, para que não se aplique o alerta precoce de desvios conforme previsto no art.º 56 da Lei das Finanças Locais.

De seguida, no quadro abaixo, é analisada a **receita** orçamentada, corrigida e cobrada em 2023.

Análise orçamental da receita

Execução da Receita	Orçamento da Receita 01/01/2023	Receita Corrigida 31/12/2023	Receita Cobrada	Taxa de Execução
Receita Corrente	7 353 736,00	7 286 810,00	6 311 816,57	87%
Impostos directos	530 199,00	530 199,00	537 946,38	101%
Impostos indirectos	1 598,00	1 598,00	1 772,91	111%
Taxas, multas e outras penalidades	21 896,00	21 896,00	17 392,45	79%
Rendimentos da propriedade	898 502,00	898 502,00	196 520,35	22%
Administração Central - Estado Português	5 549 975,00	5 477 537,00	5 263 494,03	96%
Administração Central - Outras Entidades	68 704,00	68 704,00	48 629,97	71%
Outras	49 672,00	49 672,00	28 956,71	58%
Venda de bens e serviços	197 651,00	197 651,00	207 953,80	105%
Outras receitas correntes	35 539,00	41 051,00	9 149,97	22%
Receita Capital	3 765 745,00	3 301 402,32	2 219 754,22	67%
Venda de bens de investimento	4 788,00	4 788,00		
Administração Central - Estado Português	2 502 205,00	2 189 443,00	1 366 844,70	62%
Outras receitas de capital	504,00	504,00		
Receita com passivos financeiros	1 258 248,00	1 106 667,32	852 909,52	77%
Outras Receitas	3 768,00	58 024,68	64 937,00	112%
Reposições não abatidas pag.	3 768,00	3 768,00	10 680,32	283%
Saldo da gerência anterior - operaç orç.		54 256,68	54 256,68	100%
Receitas Totais	11 123 249,00	10 646 237,00	8 596 507,79	81%

A **receita corrente** cobrada, face à receita corrente corrigida, teve uma execução de 87%, e atingiu os 6,312 milhões de euros.

O capítulo em destaque é o **Administração Central - Estado Português**, com um montante de receita cobrada de 5,263 milhões de euros e execução de 96%. Neste grupo, com uma representação de 65%, distinguem-se as receitas provenientes do **Fundo de Equilíbrio Financeiro**, no valor de 3,417 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de 67 mil euros face ao ano de 2022.

A **receita de capital** cobrada, no montante de 2,220 milhões de euros, apresenta, no final do ano, uma execução de 67% face à receita de capital corrigida.

Neste grupo das receitas de capital realçam-se as receitas provenientes de **Administração Central - Estado Português** no montante de 1,367 milhões de euros, registando uma variação negativa no valor de 352 mil euros, face ao ano anterior.

No quadro abaixo está espelhada a decomposição da **despesa** orçamentada, corrigida e paga, por agrupamentos.

Análise orçamental da despesa

Execução da Despesa	Orçamento da Despesa 01/01/2023	Dotação Corrigida 31/12/2023	Despesa Paga	Taxa de Execução
Despesa Corrente	6 999 107,00	8 043 822,00	6 482 549,10	81%
Remunerações Certas e Permanentes	3 215 707,00	3 265 575,00	3 132 683,80	96%
Abonos Variáveis ou Eventuais	139 185,00	146 613,00	142 555,70	97%
Segurança Social	769 463,00	908 100,00	784 905,31	86%
Aquisição de bens e serviços	2 077 953,00	2 643 657,00	1 652 974,06	63%
Juros e Outros Encargos	55 775,00	147 747,00	124 136,46	84%
Administração Central - Estado Português				
Administração Local	199 694,00	259 055,00	148 827,53	57%
Entidades do Setor não Lucrativo	97 525,00	115 332,00	87 846,34	76%
Famílias	304 202,00	382 635,00	336 097,43	88%
Outras	73 356,00	69 561,00	660,17	1%
Subsídios Correntes	6 000,00	22 700,00	17 743,50	78%
Outras Despesas Correntes	60 247,00	82 847,00	54 118,80	65%
Despesas de Capital	4 124 142,00	2 602 415,00	2 051 408,45	79%
Aquisição de bens de capital	3 710 486,00	1 963 601,00	1 439 110,43	73%
Administração Local	33 454,00	5 283,00	1 083,73	21%
Entidades do Setor não Lucrativo	26 183,00	15 683,00	10 498,94	67%
Despesa com ativos financeiros	100,00	100,00		
Despesa com passivos financeiros	353 919,00	617 748,00	600 715,35	97%
Despesas Totais	11 123 249,00	10 646 237,00	8 533 957,55	80%

A **despesa corrente** paga apresenta uma execução de 81%, e atingiu pagamentos na ordem dos 6,483 milhões de euros. Para este resultado contribuiu, particularmente, a rubrica de **Custos com o pessoal**, cujo montante de despesa paga atingiu, no final de 2023, os 4,060 milhões de euros e uma execução de 94%.

A **despesa de capital** paga, no montante de 2,051 milhões de euros, regista uma execução de 79%.

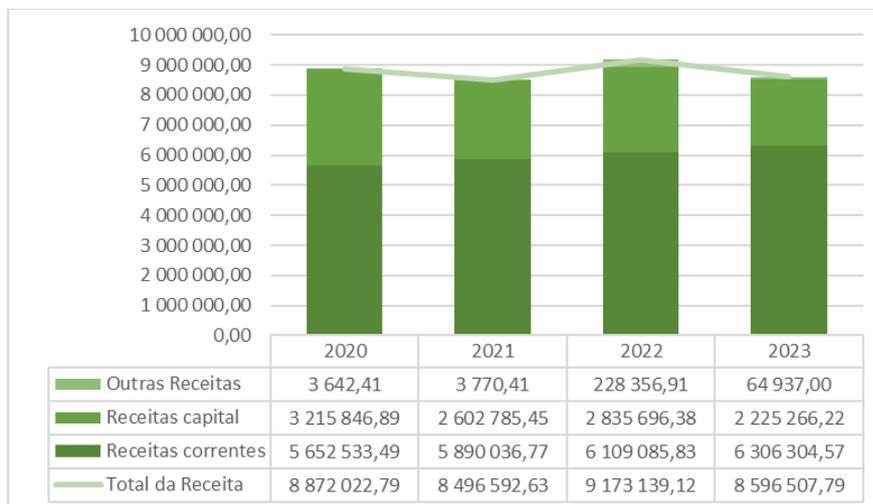
A rubrica em evidência é a de **aquisição de bens de capital** com uma taxa de execução de 73%, e cujo montante de despesa paga atingiu os 1,439 milhões de euros.

A **despesa total** paga (8,534 milhões de euros) face ao total da despesa corrigida, (10,646 milhões de euros) apresenta uma execução de 80%.

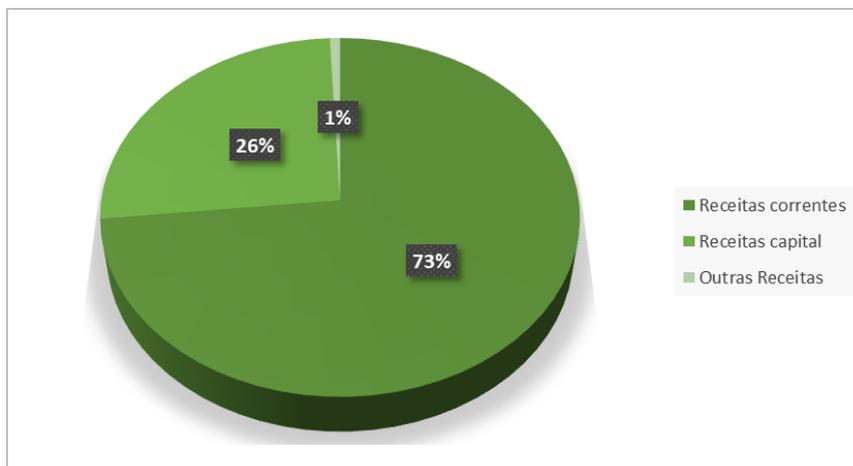
1.1 Receita

O gráfico abaixo representa a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos. Após análise do mesmo, verifica-se que foi ano de 2002 em que valor da cobrança total foi maior.

Em relação à cobrança da **receita corrente** verifica-se que a mesma tem aumentado de ano para ano, fixando-se no ano de 2023 no valor de 6,306 milhões de euros.



No próximo gráfico pode-se verificar a distribuição da receita, no fim do ano de 2023, por rubricas gerais.



No final de 2023 a receita total cobrada ascendeu a 8,597 milhões de euros, correspondendo 981 mil de euros de **receitas próprias** (11%), 54 mil euros de **saldo transitado da gerência anterior** (1%), 853 mil de euros de **Receita com passivos financeiros** (10%), e 6,708 milhões de euros de **transferências totais** (78%).

De seguida, faz-se a análise da evolução da receita por capítulo/artigo.

Evolução da Receita

Execução da Receita	2023			2022			Δ 2022
	Orçada	Cobrada	% Execução	Orçada	Cobrada	% Execução	
Receita Corrente	7 286 810,00	6 311 816,57	87%	6 823 751,00	6 109 085,83	90%	3%
Impostos directos	530 199,00	537 946,38	101%	593 264,46	627 865,03	106%	-14%
Impostos indirectos	1 598,00	1 772,91	111%	1 830,48	1 661,25	91%	7%
Taxas, multas e outras penalidades	21 896,00	17 392,45	79%	22 346,00	19 866,90	89%	-12%
Rendimentos da propriedade	898 502,00	196 520,35	22%	943 815,00	185 763,53	20%	6%
Administração Central - Estado Português	5 477 537,00	5 263 494,03	96%	4 918 168,79	4 939 070,12	100%	7%
Administração Central - Outras Entidades	68 704,00	48 629,97	71%	41 587,20	38 122,49	92%	28%
Outras	49 672,00	28 956,71	58%	57 839,34	93 288,77	161%	-69%
Venda de bens e serviços	197 651,00	207 953,80	105%	238 716,93	188 730,28	79%	10%
Outras receitas correntes	41 051,00	9 149,97	22%	6 182,80	14 717,46	238%	-38%
Receita Capital	3 301 402,32	2 219 754,22	67%	3 738 469,00	2 835 696,38	76%	-22%
Venda de bens de investimento	4 788,00			384,00			0
Administração Central - Estado Português	2 189 443,00	1 366 844,70	62%	1 934 128,00	1 718 801,63	89%	-20%
Outras receitas de capital	504,00			504,00			0
Receita com passivos financeiros	1 106 667,32	852 909,52	77%	1 803 453,00	1 116 894,75	62%	-24%
Outras Receitas	58 024,68	64 937,00	112%	228 976,00	228 356,91	100%	-72%
Reposições não abatidas pag.	3 768,00	10 680,32	283%	2 254,00	1 634,91	73%	553%
Saldo da gerência anterior - operaç. orç.	54 256,68	54 256,68	100%	226 722,00	226 722,00	100%	-76%
Receitas Totais	10 646 237,00	8 596 507,79	81%	10 791 196,00	9 173 139,12	85%	-6%

Da análise do quadro acima constata-se que, comparando com o período homólogo, as **receitas correntes** cobradas registaram um aumento de (3%), com maior enfoque, a rubrica **Administração Central - Outras Entidades**, com um aumento de 324 mil euros (7%). Em sentido contrário verifica-se que a rubrica **Impostos Diretos**, registando um decréscimo de 90 mil euros (-14%).

As **receitas de capital** cobradas, no valor de 2,220 milhões de euros, cerca de 616 mil euros inferiores ao ano de 2022, registando uma diminuição (22%) comparando face ao ano anterior.

1.1 Receita própria

Em 2023, a receita própria cobrada atingiu os 981 mil euros, correspondendo a uma diminuição de 6%, menos 59 mil euros face ao período homólogo.

De seguida apresenta-se a evolução da receita própria nos últimos 4 anos.

Evolução da receita própria

Receitas Próprias	2020	2021	2022	2023	Δ 2022
Impostos directos	436 548,93	490 389,43	627 865,03	537 946,38	-14%
Impostos indirectos	107,25	1 638,43	1 661,25	1 772,91	7%
Taxas, multas e outras penalidades	18 085,08	18 735,61	19 866,90	17 392,45	-12%
Rendimentos da propriedade	177 093,07	181 629,48	185 763,53	196 520,35	6%
Venda de bens e serviços	377 475,51	128 652,99	188 730,28	207 953,80	10%
Outras Receitas Correntes	968,00	43 900,75	14 717,46	3 637,97	-75%
Venda de bens de investimento	14 355,05			5 512,00	
Outras receitas de capital		421,28			
Reposições não abatidas pag.	3 642,41	3 770,41	1 634,91	10 680,32	553%
Total de Receitas Próprias	1 028 275,31	869 138,38	1 040 239,36	981 416,18	-6%

No mapa destaca-se negativamente a rubrica **Impostos Directos** que registou uma diminuição 90 mil euros (-14%), tendo contribuído para esta diminuição o Imposto municipal sobre transmissão onerosa de imóveis com uma redução de 111 mil euros.

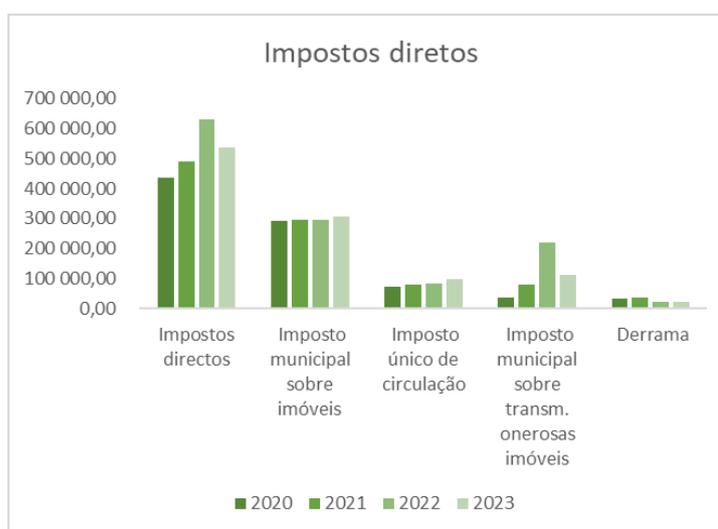
Mesmo assim e considerando os quatro anos últimos, o de 2023 foi o segundo melhor registo, pelo que se pode concluir que o ano de 2022 terá registado um aumento extraordinário.

Evolução da receita própria proveniente de impostos

Impostos	2020	2021	2022	2023	Δ 2022
Impostos directos	436 548,93	490 389,43	627 865,03	537 946,38	-14%
Imposto municipal sobre imóveis	291 450,35	295 500,05	295 490,62	305 723,01	3%
Imposto único de circulação	73 598,09	79 209,55	85 587,93	97 272,26	14%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	37 357,81	79 714,78	222 062,55	111 362,87	-50%
Derrama	34 142,68	35 965,05	24 723,93	23 588,24	-5%
Impostos indirectos	107,25	1 638,43	1 661,25	1 772,91	7%
Publicidade			38,50		-100%
Taxa municipal de direitos de passagem		1 427,98	1 597,71	1 599,54	0%
Outros_i	107,25	210,45	25,04	173,37	592%
Total dos Impostos	436 656,18	492 027,86	629 526,28	539 719,29	-14%

Como já foi referido anteriormente as receitas provenientes dos impostos verificou uma diminuição 14%, relativamente ao registado no ano anterior, representando um diferencial no montante de 90 mil euros, resultante essencialmente da descida das receitas provenientes do **Imposto Municipal sobre transmissões onerosas de Imóveis (IMT)**.

Em sentido contrário, verifica-se que o **Imposto municipal sobre imóveis**, e **Imposto único de circulação** registaram aumentos no valor de 10 mil euros e 12 mil euros, respetivamente.



No que concerne à evolução de subgrupos das receitas próprias, comparativamente a 2022, verificou-se um aumento de 8%, no valor de 31 mil euros, conforme se pode verificar no

quadro seguinte. Verifica-se que a rubrica **Serviços** foi a que mais contribui para o referido aumento, registando uma variação de 15 mil euros.

Evolução de subgrupos das receitas próprias

Subgrupos de Receitas Próprias	2020	2021	2022	2023	Δ 2022
Taxas, multas e outras penalidades	18 085,08	18 735,61	19 866,90	17 392,45	-12%
Loteamentos e obras	7 468,80	9 053,84	9 692,61	7 853,75	-19%
Ocupação da via pública	1 624,07	1 365,30	2 340,24	3 230,84	38%
Outros	4 740,13	1 424,19	2 308,26	2 094,67	-9%
Juros de mora	1104,72	1 203,60	1 318,71	1 904,08	44%
Juros compensatórios	293,48	748,68	453,23	209,11	-54%
Coimas e penalidades por contra-ordenações	2 703,88	4 540,00	3 453,85	1 850,00	-46%
Multas e penalidades diversas	150,00	400,00	300,00	250,00	-17%
Rendimentos da propriedade	177 093,07	181 629,48	185 763,53	196 520,35	6%
Outros	177 093,07	181 629,48	185 763,53	196 520,35	6%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	377 475,51	128 652,99	188 730,28	207 953,80	10%
Venda de Bens	123 178,48	-579,52	1 838,68	1 553,89	-15%
Serviços	222 219,02	99 394,95	152 170,39	167 101,66	10%
Rendas	32 078,01	29 837,56	34 721,21	39 298,25	13%
Outras Receitas Correntes	968,01	43 900,75	14 717,46	3 637,97	-75%
Vendas de Bens de Investimento	14 355,05			5 512,00	
Outras Receitas de Capital		421,28			
Reposições não abatidas nos pagamentos	3 642,41	3 770,41	1 634,91	10 680,32	553%
Total Receitas Próprias	591 619,13	377 110,52	410 713,08	441 696,89	8%

1.1.2 Transferências obtidas

As **transferências obtidas** atingiram os 6,708 milhões de euros em 2023. Comparativamente com o período homólogo registou-se uma diminuição de 81 mil euros (1%), sendo que as **transferências correntes** aumentaram em 271 mil euros (5%), já as **transferências de capital** registaram uma diminuição no valor de 352 mil euros (20%).

Fazendo uma análise por tipologia, no que respeita às **transferências correntes**, verificamos a rubrica **Transferência de Competências - Lei nº 50/2018** foi a que registou maior aumento, 44%, correspondente a uma variação de 321 mil euros, uma vez que, foi no ano de 2023 que as transferências de competências nas áreas da saúde e ação social já foram na sua plenitude, tendo ainda sido feito alguns ajustamentos em virtude dos aumentos da taxa de inflação, e aqui também na área da educação.

Destaca-se ainda rubrica **Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados**, que registou uma variação em cerca de 80 mil euros, aumento de 81%, face ao ano de 2022, totalizando o valor de 179 mil euros, tendo contribuindo as seguintes candidaturas:

- PEDIME – 40 mil euros;
- Caminhos Literários – 55 mil euros;
- Viver ao Vivo – 43 mil euros;
- Médio Tejo Online 2020 – 14 mil euros;
- Projeto Caminhos – 9 mil euros;
- Programa de Apoio ao acesso à Habitação – 1º direito – 16 mil euros;

Em sentido contrário, destaca-se duas rubricas, sendo elas, **Fundo de Equilíbrio Financeiro-Corrente** e **Fundo Social Municipal**, verbas estas definidas na Lei do Orçamento de Estado, com diminuições de 67 mil euros e 34 mil euros, respetivamente.

As **transferências de capital** registam um valor de 1,367 milhões de euros, apresentando uma diminuição no montante de 352 mil euros, cerca de 20%, relativamente ao período homólogo.

Para a referida diminuição destaca-se duas rubricas, a rubrica **Cooperação Técnica e Financeira**, com redução no valor de 202 mil euros, em virtude de no ano anterior, se ter cobrado parte do valor referente ao Protocolo celebrado com o Ministério da Educação no âmbito da empreitada de Requalificação da Escola EB2, 3 e Secundária de Sardeal no valor de 238 mil euros. A outra rubrica foi **“Estado-Particip.comunitária project.co-financiados-FEDER”**, com redução no valor de 524 mil euros, também aqui a diminuição deve-se ao facto de, no ano de 2023, ter-se cobrado grande parte do valor referente aos fundos comunitários no âmbito da empreitada referida anteriormente.

Em sentido contrário, destaca-se a rubrica **Artº 35.º , nº 3 da Lei nº 73/2013**, com um aumento de 346 mil euros, totalizando o valor de 453 mil euros, verba esta também oriunda do Orçamento de Estado.

Em relação à rubrica **“Estado-Particip.comunitária project.co-financiados-FEDER”**, apesar de ter registado uma diminuição face ao ano anterior, a mesma totalizou o valor de 443 mil euros, decompondo-se da seguinte forma:

- Centro de interpretação da semana Santa: 60 mil euros;
- Médio Tejo Online 2020 (capital): 74 mil euros;
- Requalificação do Externato Rainha Santa Isabel – Biblioteca: 308 mil euros;

Em pormenor, apresenta-se, no quadro seguinte, a evolução das transferências obtidas nos últimos anos.

Evolução das transferências obtidas

Transferências	2020	2021	2022	2023	Δ 2022
Administração Central - Estado Português	4 642 255,64	5 025 090,08	5 070 481,38	5 341 080,71	5%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 271 825,00	3 526 429,00	3 483 711,00	3 416 674,00	-2%
Fundo Social Municipal	93 464,00	93 464,00	128 659,00	94 647,00	-26%
Participação Variável no IRS	118 618,00	126 163,00	130 971,00	144 129,00	10%
Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	630 251,87	632 083,42	736 605,37	1 058 055,00	44%
Participação no IVA – Art. 26.º-A da Lei n.º 73/20	69 222,27	60 759,78	32 991,14	46 181,52	40%
Outras	272 412,53	318 967,33	327 299,26	324 944,22	-1%
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	70 815,16	112 094,80	98 833,35	178 863,29	81%
Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famil.polit.act.EFP	44 927,91	83 031,56	38 122,49	48 629,97	28%
Privadas	44 225,84	43 960,00	23 579,00		-100%
Companhias de seguros e fundos de pensões	12 692,40	16 287,67	23 661,06	17 107,19	-28%
Instituições sem fins lucrativos	13 800,66	11 849,52	46 048,71	11 849,52	-74%
Transferências de Capital	2 222 832,67	2 103 858,08	1 718 801,63	1 366 844,70	-20%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	362 994,00	391 825,00	387 079,00	379 630,00	-2%
Cooperação Técnica e Financeira	5 432,00	53 748,97	238 235,22	36 168,88	-85%
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	348 232,00	399 278,00	107 129,00	452 719,00	323%
Outras	3 075,68	18 301,68	10 496,10	19 101,67	82%
Estado-P.comunitária project.co-financiados - FEDER	1 503 098,99	1 240 704,43	967 490,32	442 965,75	-54%
Estado-P.comunitária project.co-financiados-Outras			8 371,99	36 259,40	333%
Total	6 865 088,31	7 128 948,16	6 789 283,01	6 707 925,41	-1%

1.1.3 Passivos Financeiros

Os **Passivos Financeiros** registaram o valor de 853 mil de euros em 2023. Comparativamente com o período homólogo, verifica-se uma diminuição de 264 mil euros (-24%).

É nesta rubrica que se regista os reembolsos dos empréstimos bancários, a curto prazo e a médio longo prazo.

No que concerne ao **empréstimo a curto prazo**, foi reembolsado o valor de 300 mil euros, mais 22 mil euros que o reembolsado no ano anterior.

Em relação aos **empréstimos a médio longo prazo**, foram feitos reembolsos no valor de 553 mil euros, registando uma diminuição no valor de 59 mil euros face ao ano anterior. O valor reembolsado decompõe-se da seguinte forma:

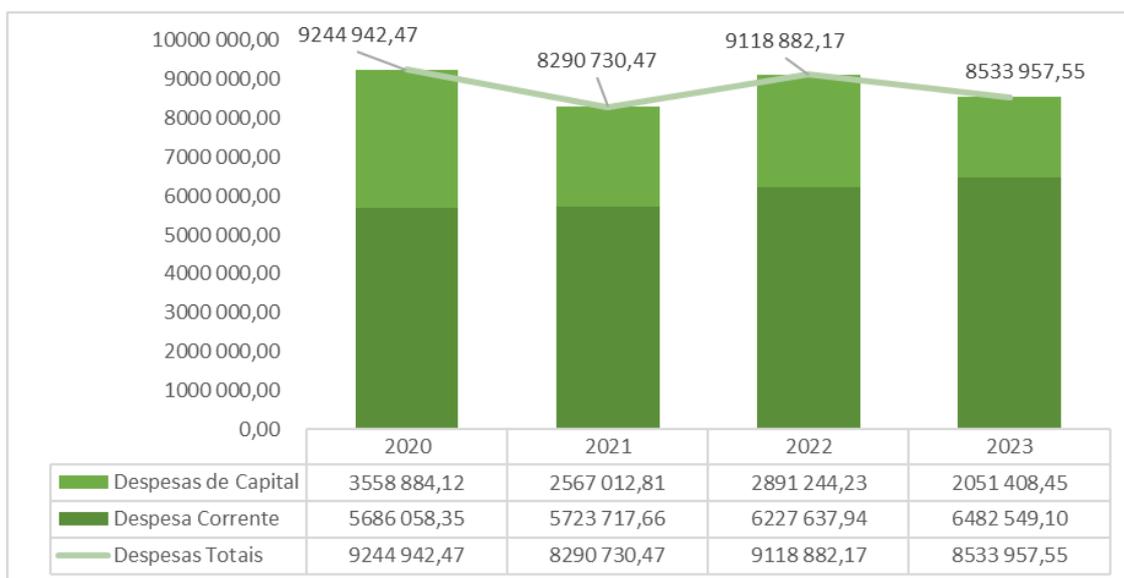
- Diversas Obras (Zona Industrial, Cabeça das Mós, Entrevinhas,...) : 115 mil euros;
- Requalificação do Externato Rainha Santa Isabel – Biblioteca: 437 mil euros;

Ainda neste capítulo foi regista-se uma diminuição no valor de 228 mil euros na rubrica **Admin-Pública - Admin.central - Serv Fundos autónomos**, em virtude de no ano de 2022, ser ter reembolsado o valor referente ao empréstimo feito ao Banco Europeu do Investimento, no âmbito da transferência da dívida da empresa Águas Vale do Tejo, S.A.

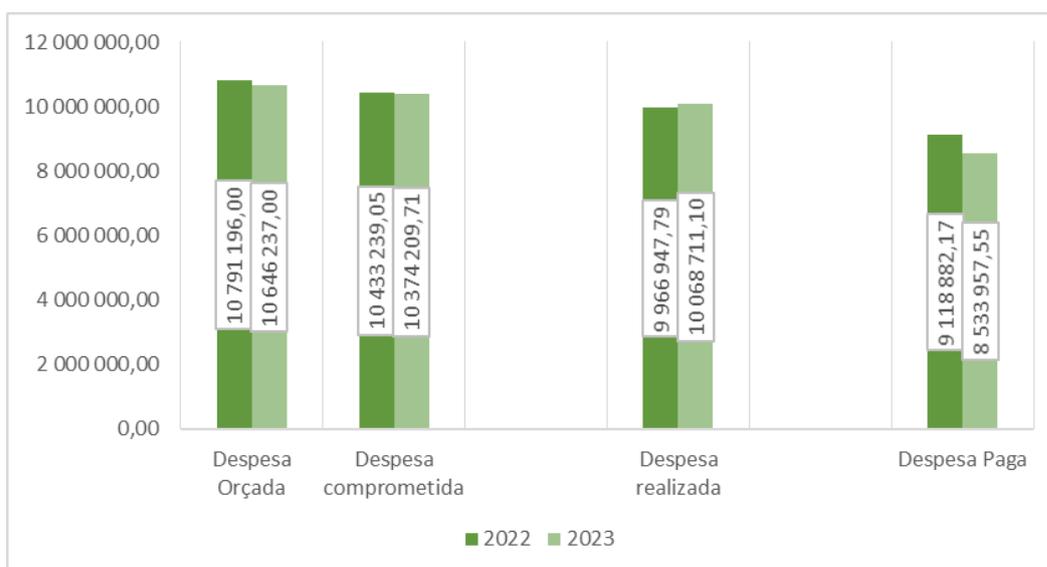
1.2 Despesa

No final de 2023, o **total da despesa** paga ascendeu a 8,554 milhões de euros, representando 80% do total orçamentado corrigido (10,646 milhões de euros). Em relação ao ano anterior verifica-se uma diminuição na ordem dos 585 mil euros na despesa paga.

Da análise do gráfico seguinte verifica-se que a despesa total tem oscilado desde 2020, sendo que, foi no ano de 2020, onde se registou o maior valor. Pode-se ainda verificar que é a despesa de capital que tem originado a referida oscilação, uma vez que a despesa corrente tem aumentado progressivamente de ano para ano.



No próximo gráfico encontram-se espelhados os valores da despesa orçada, comprometida e paga nos anos 2022 e 2023. O total dos compromissos assumidos, em 2023, alcançou os 10,374 milhões de euros, face aos 10,433 milhões de euros apurados no ano de 2022.



1.2.1 Despesa por natureza económica – corrente e capital

Em 2023, a **despesa corrente** paga relativamente ao total orçamentado teve uma execução de 81% (6,483 milhões de euros) e a **despesa de capital** paga de 79% (2,051 milhões de euros), originando uma execução total de 80%.

Em relação à execução referente ao período homólogo, verifica-se aumentos de, 4% nas **despesas correntes** e diminuição de 29% nas **despesas de capital** pagas o que totaliza uma variação de (-6%), comparando com ano anterior.

Já em termos absolutos, comparando com o ano de 2022, as **despesas totais pagas** diminuíram em cerca de 585 mil de euros, sendo que para tal, as **despesas correntes** contribuíram, em sentido contrário, isto é, aumentaram em cerca de 255 mil euros, e as **despesas de capital**, estas sim, diminuíram em cerca de 840 mil euros.

Evolução da despesa por económica

Análise orçamental	2023			2022			Δ 2022
	Dotação Final	Despesa Paga %	Execução	Dotação Final	Despesa Paga %	Execução	
Despesa Corrente	8 043 822,00	6 482 549,10	81%	7 306 930,46	6 227 637,94	85%	4%
Remunerações Certas e Permanentes	3 265 575,00	3 132 683,80	96%	2 872 611,00	2 825 357,28	98%	11%
Abonos Variáveis ou Eventuais	146 613,00	142 555,70	97%	132 112,00	129 214,85	98%	10%
Segurança Social	908 100,00	784 905,31	86%	811 347,00	792 078,10	98%	-1%
Aquisição de bens e serviços	2 643 657,00	1 652 974,06	63%	2 637 610,20	1 816 882,06	69%	-9%
Juros e Outros Encargos	147 747,00	124 136,46	84%	57 299,00	43 863,26	77%	183%
Administração Central - Estado Português							
Administração Local	259 055,00	148 827,53	57%	175 589,71	81 599,78	46%	82%
Entidades do Setor não lucrativo	115 332,00	87 846,34	76%	96 624,00	68 798,52	71%	28%
Famílias	382 635,00	336 097,43	88%	284 934,55	279 511,14	98%	20%
Outras	69 561,00	660,17	1%	145 000,00	121 564,53		
Subsídios Correntes	22 700,00	17 743,50	78%	5 240,00	4 000,48	76%	344%
Outras Despesas Correntes	82 847,00	54 118,80	65%	88 563,00	64 767,94	73%	-16%
Despesas de Capital	2 602 415,00	2 051 408,45	79%	3 484 265,54	2 891 244,23	83%	-29%
Aquisição de bens de capital	1 963 601,00	1 439 110,43	73%	2 822 417,89	2 236 185,19	79%	-36%
Administração Local	5 283,00	1 083,73	21%	4 582,65	1 762,69	38%	-39%
Entidades do Setor não lucrativo	15 683,00	10 498,94	67%	25 301,00	22 500,00	89%	-53%
Despesa com ativos financeiros	100,00			100,00			
Despesa com passivos financeiros	617 748,00	600 715,35	97%	631 864,00	630 796,35	100%	-5%
Despesas Totais	10 646 237,00	8 533 957,55	80%	10 791 196,00	9 118 882,17	85%	-6%

A **despesa corrente** paga em 2023, no montante de 6,483 milhões de euros, reporta-se essencialmente a pagamentos de **despesas com o pessoal** (4,060 milhões de euros) e **aquisição de bens e serviços** (1,653 milhões de euros), e **transferências correntes** (573 mil euros).

A **despesa de capital** paga em 2023, no montante de 2,052 milhões de euros, diz respeito basicamente a pagamentos com **aquisição de bens de capital** (1,439 milhões de euros) e despesa com **passivos financeiros** (601 mil euros).

No quadro seguinte encontra-se registada a evolução da **despesa corrente** realizada e paga, em 2023 e 2022. Constata-se que a **despesa corrente realizada**, face ao ano de 2022, aumentou em cerca de 12% (818 mil euros). Já em relação à **despesa corrente paga** comparando com o período homólogo, a mesma aumentou em cerca de 4% (255 mil euros).

Evolução da despesa corrente

Análise orçamental	Despesa realizada			Despesa Paga		
	2023	2022	Δ 2022	2023	2022	Δ 2022
Despesas Correntes						
Remunerações Certas e Permanentes	3 257 156,07	2 828 621,53	428 534,54	3 132 683,80	2 825 357,28	307 326,52
Abonos Variáveis ou Eventuais	145 908,64	129 251,39	16 657,25	142 555,70	129 214,85	13 340,85
Segurança Social	901 888,63	801 731,87	100 156,76	784 905,31	792 078,10	-7 172,79
Aquisição de bens e serviços	2 473 137,17	2 368 528,65	104 608,52	1 652 974,06	1 816 882,06	-163 908,00
Juros e Outros Encargos	128 925,95	44 797,49	84 128,46	124 136,46	43 863,26	80 273,20
Administração Central - Estado Português						
Administração Local	239 873,73	158 791,78	81 081,95	148 827,53	81 599,78	67 227,75
Entidades do Setor não lucrativo	104 586,34	90 460,61	14 125,73	87 846,34	68 798,52	19 047,82
Famílias	338 801,28	281 778,77	57 022,51	336 097,43	279 511,14	56 586,29
Outras	39 343,63	122 224,70	-82 881,07	660,17	121 564,53	-120 904,36
Subsídios Correntes	22 675,25	5 000,48	17 674,77	17 743,50	4 000,48	13 743,02
Outras Despesas Correntes	80 398,98	83 552,66	-3 153,68	54 118,80	64 767,94	-10 649,14
Total de Despesas Correntes	7 732 695,67	6 914 739,93	817 955,74	6 482 549,10	6 227 637,94	254 911,16

No próximo quadro encontra-se registada a evolução da **despesa capital** realizada e paga, em 2023 e 2022.

Constata-se que a **despesa capital realizada**, face ao ano de 2022, diminuiu em cerca de 24% (716 mil euros). Já em relação à **despesa capital paga** comparando com o ano de 2022, a mesma também diminuiu em cerca de 29% (840 mil euros).

Evolução da despesa capital

Análise orçamental	Despesa realizada			Despesa Paga		
	2023	2022	Δ 2022	2023	2022	Δ 2022
Despesas Capital						
Aquisição de bens de capital	1 720 254,70	2 405 550,65	-685 295,95	1 439 110,43	2 236 185,19	-797 074,76
Administração Local	3 546,44	2 846,42	700,02	1 083,73	1 762,69	-678,96
Entidades do Setor não lucrativo	11 498,94	22 500,00	-11 001,06	10 498,94	22 500,00	-12 001,06
Despesa com ativos financeiros						
Despesa com passivos financeiros	600 715,35	621 310,79	-20 595,44	600 715,35	630 796,35	-30 081,00
Total de Despesas de Capital	2 336 015,43	3 052 207,86	-716 192,43	2 051 408,45	2 891 244,23	-839 835,78

1.2.2 Taxa de execução da despesa corrente e de capital

O ano de 2023 encerrou com um **total de despesa orçada** de 10,646 milhões de euros, e **paga** de 8,534 milhões de euros, atingindo uma taxa de execução de 80%.

A **despesa corrente** paga regista um nível de execução orçamental superior à **despesa de capital** paga, sendo a diferença pouco significativa, de 81% contra 79%, respetivamente.

No que se refere às **despesas correntes**, as rubricas referentes ao **pessoal** é a que apresenta maior taxa de execução, 94%.

No âmbito das **despesas de capital**, a rubrica de **Despesa com passivos financeiros** é a que apresenta maior taxa de execução, tendo-se executado quase a totalidade do orçado.

Execução da despesa

Capítulos	2022	Despesa Orçada	Despesa comprometida	% Compr	Despesa realizada	% Real.	Despesa Paga	Taxa de execução
		1	2	3 = 2 / 1	4	5 = 4 / 1	6	7 = 6 / 1
Despesa Corrente	6 227 637,94	8 043 822,00	7 893 160,53	98%	7 732 695,67	96%	6 482 549,10	81%
Remunerações Certas e Permanentes	2 825 357,28	3 265 575,00	3 261 039,07	100%	3 257 156,07	100%	3 132 683,80	96%
Abonos Variáveis ou Eventuais	129 214,85	146 613,00	145 908,64	100%	145 908,64	100%	142 555,70	97%
Segurança Social	792 078,10	908 100,00	904 648,33	100%	901 888,63	99%	784 905,31	86%
Aquisição de bens e serviços	1 816 882,06	2 643 657,00	2 576 510,62	97%	2 473 137,17	94%	1 652 974,06	63%
Juros e Outros Encargos	43 863,26	147 747,00	131 477,80	89%	128 925,95	87%	124 136,46	84%
Administração Central - Estado Português								
Administração Local	81 599,78	259 055,00	256 231,52	99%	239 873,73	93%	148 827,53	57%
Entidades do Setor não lucrativo	68 798,52	115 332,00	104 586,34	91%	104 586,34	91%	87 846,34	76%
Famílias	279 511,14	382 635,00	338 921,29	89%	338 801,28	89%	336 097,43	88%
Outras	121 564,53	69 561,00	69 560,17	100%	39 343,63	57%	660,17	1%
Subsídios Correntes	4 000,48	22 700,00	22 675,25	100%	22 675,25	100%	17 743,50	78%
Outras Despesas Correntes	64 767,94	82 847,00	81 601,50	98%	80 398,98	97%	54 118,80	65%
Despesas de Capital	2 891 244,23	2 602 415,00	2 481 049,18	95%	2 336 015,43	90%	2 051 408,45	79%
Aquisição de bens de capital	2 236 185,19	1 963 601,00	1 857 453,98	95%	1 720 254,70	88%	1 439 110,43	73%
Administração Local	1 762,69	5 283,00	5 282,40	100%	3 546,44	67%	1 083,73	21%
Entidades do Setor não lucrativo	22 500,00	15 683,00	15 471,72	99%	11 498,94	73%	10 498,94	67%
Despesa com ativos financeiros		100,00						
Despesa com passivos financeiros	630 796,35	617 748,00	602 841,08	98%	600 715,35	97%	600 715,35	97%
Despesas Totais	9 118 882,17	10 646 237,00	10 374 209,71	97%	10 068 711,10	95%	8 533 957,55	80%

Analisando agora os capítulos da despesa e no que se refere à rubrica **despesas com o pessoal**, que é constituído por três componentes, como podemos ver no mapa abaixo, a mesma regista um valor de 4,060 milhões de euros, com uma variação positiva de 313 mil euros, face ao ano anterior, justificada pela componente **Remunerações Certas e Permanentes**.

Evolução da despesa paga com Despesas com o Pessoal

Despesas com Pessoal	2020	2021	2022	2023	Δ 2022
Remunerações Certas e Permanentes	2 613 380,53	2 819 085,03	2 825 357,28	3 132 683,80	11%
Abonos Variáveis ou Eventuais	81 055,87	103 742,59	129 214,85	142 555,70	10%
Segurança Social	770 198,42	898 665,53	792 078,10	784 905,31	-1%
Despesas com Pessoal	3 464 634,82	3 821 493,15	3 746 650,23	4 060 144,81	8%

Retratando a componente **“Remunerações Certas e Permanentes”**, onde são considerados nomeadamente, os vencimentos bases, subsídios de Férias, Natal e refeição, recrutamento de novos postos de trabalho, alterações obrigatórias nas remunerações, registou um aumento de 307 mil euros.

Nesta componente, as rubricas que a compõem registaram comportamentos praticamente iguais. Assim, face ao ano anterior, destaca-se as três rubricas, **Pessoal em Funções**, que se justifica pelos aumentos dos vencimentos, no valor de 172 mil euros, **Recrutamento Pessoal - Novos Postos Trabalho**, a termo certo, neste caso, pela entrada de seis assistentes operacionais para as valências da creche e da educação, no valor de 48 mil euros, e a rubrica **Subsidio de refeição**, cujo o mesmo teve um aumento diário de 5,20€ para 6,00€, totalizando um aumento em cerca de 48 mil euros, face ao ano de 2022.

Evolução da despesa paga com Remunerações certas e permanentes

Remunerações Certas e Permanentes	Despesa paga		Δ 2022
	2023	2022	
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autá	73 910,52	73 295,82	614,70
Pessoal em Funções	2 069 688,65	1 897 875,76	171 812,89
Alterações Obrigatórias-Posicionamento Remur	17 244,50	610,64	16 633,86
Recrutamento Pessoal - Novos Postos Trabalho	25 657,29	34 346,11	-8 688,82
Recrutamento Pessoal - Novos Postos Trabalho	46 758,82		46 758,82
Pessoal em regime de tarefa ou avença	33 400,00	24 600,00	8 800,00
Pessoal em qualquer outra situação	144 043,11	143 150,04	893,07
Representação	24 041,36	23 645,21	396,15
Suplementos e prémios	3 315,73	3 468,45	-152,72
Subsídio de refeição	235 960,80	187 542,83	48 417,97
Subsídio de férias e de Natal	387 037,96	373 051,47	13 986,49
Remunerações por doença e maternidade/pater	71 625,06	63 770,95	7 854,11
Total de Remunerações Certas e Permanentes	3 132 683,80	2 825 357,28	307 326,52

Em relação à rubrica **aquisição de bens e serviços**, registou o valor de 1,653 milhões de euros, tendo tido uma execução de 63%, com uma diminuição no valor de 164 mil euros face ao ano de 2022.

No capítulo destinado a esta componente será analisado a situação com maior detalhe.

A rubrica **Juros e Outros Encargos** registou o valor de 124 mil euros, tendo havido um aumento substancial, no valor de 80 mil euros ao ano anterior, motivado pelo o aumento, quase exponencial, das taxas de juro. A execução foi de 84%.

A rubrica **transferências correntes** com o valor pago de 573 mil euros, registaram um aumento no valor de 22 mil euros, face ao ano de 2022.

Para o referido aumento, e como podemos verificar no mapa abaixo, praticamente todas as rubricas contribuíram para o mesmo, exceto a rubrica **Empresas públicas municipais e intermunicipais** que registou uma diminuição em cerca de 121 mil euros. Esta rubrica inclui os pagamentos à empresa Tejo Ambiente, EIM, S.A referente aos apoios sociais, nomeadamente tarifas sociais a idosos e carenciados, apoio nas tarifas às instituições de solidariedade social do concelho, e ainda aos bombeiros voluntários. Como estamos no âmbito dos pagamentos e considerando que estes apoios foram apenas faturados já no final do ano de 2023, não foi possível fazer os pagamentos, sendo que transitou em dívida para o ano seguinte o valor de 39 mil euros.

Assim com variações positivas destaca-se a rubrica **Freguesias** onde se inclui as transferências para as freguesias do concelho, com variação no valor de 32 mil euros, pelo facto de, no ano de 2023, se ter pago o valor em dívida transitada do ano de 2022, que

ascendia a 28 mil euros, e por sua vez no ano de 2023, os acordos referentes ao ano em causa, terem sido pagos na sua totalidade, não tendo transitado dívida para o ano seguinte.

A rubrica **“Associações de municípios”** onde se inclui as transferências para CIMT, registou um aumento no valor de 28 mil euros, transferências essas, que são referentes aos vários projetos que a mesmo desenvolveu, onde o Município de Sardeal é parceiro.

A rubrica **“Programas Operacionais”** onde são registadas as despesas referente aos CEI, CEI+ e empregos apoiados, que registou um valor de 115 mil euros, cuja variação foi de 21 mil euros.

A rubrica **Instituições sem fins lucrativos** com o valor de 88 mil euros, registou um aumento de 19 mil euros face ao ano de 2022.

A rubrica **Outras** com o valor de 221 mil euros, registou um aumento de 36 mil euros, face ao ano de 2022. É nesta rubrica que se registam, principalmente, os pagamentos referentes aos DECIR, bolsas de Estudo e apoio à natalidade.

Evolução da despesa paga com Transferências Correntes

Transferências Correntes	Despesa paga		
	2023	2022	Δ 2022
Estado			
Municípios	7 295,24	138,98	7 156,26
Freguesias	96 229,64	64 439,61	31 790,03
Associações de municípios	45 302,65	17 021,19	28 281,46
Instituições sem fins lucrativos	87 846,34	68 798,52	19 047,82
Programas Operacionais	114 705,58	94 066,52	20 639,06
Outras	221 391,85	185 444,62	35 947,23
Empresas públicas municipais e intermunicipais	660,17	121 564,53	-120 904,36
Total	573 431,47	551 473,97	21 957,50

A rubrica **“Outras despesas correntes”** onde são registadas nomeadamente as despesas referentes às taxas bem como as quotizações, registou o valor de 54 mil euros com uma variação negativa no valor de 11 mil euros.

No âmbito das **despesas de capital** que registou uma diminuição em cerca de 840 mil euros podemos destacar a rubrica **Aquisição de bens de capital** com uma execução de 73%, tendo registado o valor de 1,439 milhões de euros, tendo contribuindo para este valor, nomeadamente as seguintes obras e equipamentos:

- Requalificação da Escola EB 1, 2, 3 e secundária de Sardeal: 106 mil de euros;
- Requalificação do Externato Rainha Santa Isabel – Biblioteca: 814 mil euros;
- Parque de Autocaravanas: 59 mil euros;
- Pavimentações na freguesia de Sardeal: 77 mil euros;

- Centro de Interpretação da Semana Santa: 84 mil euros;
- Equipamento informático – 94 mil euros;

A referida rubrica registou uma diminuição em cerca de 797 mil euros, face ao ano de 2022.

A rubrica **“Despesa com passivos financeiros”**, sendo que nesta rubrica estão consideradas as despesas referentes às amortizações dos empréstimos, totalizou o valor 601 mil euros, tendo registado uma diminuição de 30 mil euros, face ao ano anterior.

1.2.3 Despesa com aquisição de bens e serviços

Este capítulo representa 19% dos pagamentos do orçamento do Município, totalizando o valor de 1,653 milhões de euros, tendo sido pago cerca de 63% do orçado.

Face ao ano anterior registou-se uma diminuição no valor de 164 mil euros.

Abaixo apresentamos o mapa com a evolução dos gastos referente às rubricas que representam 80% do valor pago.

Evolução da despesa paga com aquisições de bens e serviços

Aquisição de Serviços	2020	2021	2022	2023	Δ 2022
Encargos das instalações	359 501,32	295 070,66	513 915,36	459 460,13	-11%
Outros trabalhos especializados	418 974,61	255 622,45	424 383,19	386 453,55	-9%
Alimentação-Refeições confeccionadas	66 981,22	95 644,74	88 458,43	173 889,46	97%
Outros serviços	106 959,10	31 205,71	102 322,75	82 524,87	-19%
Gasóleo	78 874,60	56 949,44	82 326,23	73 193,39	-11%
Transportes	49 378,20	57 378,75	74 207,83	52 830,28	-29%

Para uma melhor análise podemos decompor em dois subtítulos, **aquisição de bens** e **aquisição de serviços**.

Assim em 2023, a despesa paga com **aquisição de bens** atingiu os 386 mil euros, tendo-se verificado uma diminuição no valor de 89 mil euros.

Para este aumento destaca-se a rubrica **Alimentação-Refeições confeccionadas**, com uma execução de 174 mil euros, tendo registado um aumento de 85 mil euros. Esta situação justifica-se pelo facto de as refeições escolares terem sofrido um aumento substancial.

Em sentido contrário destaca-se a rubrica **Água**, que não registou qualquer valor, mas que no ano anterior, tinha registado o valor de 166 mil euros, pois foi pago a totalidade da dívida à Empresa Águas Vale do Tejo, S.A.

No que concerne à despesa paga com **aquisição de serviços**, a mesma ascendeu ao valor de 1,267 milhões de euros, tendo-se verificado uma diminuição em cerca de 75 mil euros, relativamente ao período homólogo.

As grandes rubricas que contribuíram para a referida variação foram, **Encargos com instalações**, totalizando o valor de 459 mil euros, com um peso de 36%, tendo registado variação de 54 mil euros. Nesta rubrica consideram-se os pagamentos referente à eletricidade dos edifícios e iluminação pública, gás para piscina coberta e fornecimento de água, saneamento e resíduos sólidos.

A rubrica **Outros trabalhos especializados**, registou o valor de 386 mil euros, com o peso de 31%, tendo diminuído em cerca de 38 mil euros. Nesta rubrica destaca-se a aquisição dos serviços no âmbito:

- Atividades de enriquecimento Curricular: 10 mil euros;
- Candidatura Serviços Online 2020 (financiamento em cerca de 85%): 38 mil euros;
- PEDIME (financiamento em cerca de 85%): 31 mil euros;
- Atividades culturais do Município: 54 mil euros;
- Defesa da Floresta contra incêndios: 33 mil euros;
- Contrato de Manutenção com a software house: 60 mil euros;
- Contrato de Manutenção da Barragem da Lapa: 15 mil euros;
- Contrato de Aulas de Natação, Hidroginástica: 33 mil euros;
- Boletins Municipais: 10 mil euros;

A rubrica **Outros serviços**, registou o valor de 83 mil euros, com o peso de 7%, tendo diminuído em cerca de 20 mil euros. Também nesta rubrica destaca-se a aquisição dos serviços no âmbito:

- Contrato de Manutenção de Fotocopiadoras: 5 mil euros;
- Atividades culturais do Município: 39 mil euros;

1.3 Resultado orçamental

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada e a despesa total paga nos últimos quatro anos, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento do ano seguinte.

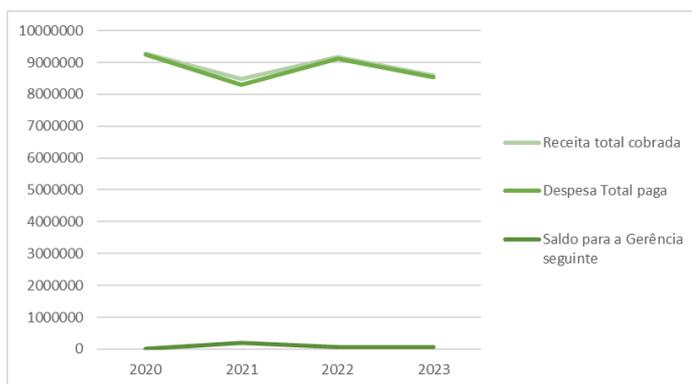
Como podemos verificar não existe uma variação consistente, sendo que o Município de Sardeal, e sabendo da existência de dívida, tenta maximizar os pagamentos fazendo com que o saldo para a gerência seguinte seja diminuto.

Receita vs Despesa

Designação	2020	2021	2022	2023
Receita total cobrada	9 265 802,79	8 496 592,63	9 173 139,12	8 596 507,79
Despesa Total paga	9 244 942,47	8 290 730,47	9 118 882,17	8 533 957,55
Saldo para a Gerência seguinte	20 860,32	205 862,16	54 256,95	62 550,24

No gráfico seguinte é analisada a evolução da despesa total paga, da receita total cobrada e do respetivo saldo para a gerência seguinte, nos últimos quatro anos.

O saldo a transitar para a gerência de 2024 ronda os 63 mil euros.



1.4. Principais indicadores orçamentais

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos principais indicadores orçamentais.

Evolução dos principais indicadores orçamentais

Indicadores Orçamentais de Estrutura	2023	2022
Da receita		
Impostos Directos / Receitas Correntes	9%	10%
Impostos Indirectos/Receitas Correntes	0,028%	0,027%
Transferências Correntes/Receitas Correntes	85%	83%
Transferências Capital/Receitas de Capital	61%	61%
Passivos Financeiros/Receitas de Capital	38%	39%
Receitas Correntes/Receitas Totais	73%	67%
Receitas Capital/Receitas Totais	26%	31%
Outras Receitas / Receitas Totais	1%	2%
Indicadores Orçamentais de Estrutura		
	2023	2022
Da Despesa		
Pessoal/Despesas Correntes	63%	60%
Aquisição de Bens e Serviços/Despesas Correntes	25%	29%
Transferências Correntes/Despesas Correntes	9%	9%
Aquisição de Bens de Investimento/Despesas de Capital	70%	77%
Transferências de Capital/Despesas de Capital	0,6%	0,8%
Passivos Financeiros/Despesas de Capital	29%	22%
Despesas Correntes/Despesas Totais	76%	68%
Despesas de Capital/Despesas Totais	24%	32%
Da capacidade Financeira		
Cobertura das Despesas pelas Receitas	1,007	1,006
Receitas Próprias de Funcionamento	7 492 216,18 €	7 208 270,71 €
Despesas Correntes + Passivos Financeiros	7 083 264,45 €	6 858 434,29 €
Prazo Médio Pagamentos - em dias	104	71

Em conclusão:

A **receita total** cobrada atingiu 8,597 milhões de euros dos 10,646 milhões de euros de receita corrigida, registada no fim do ano de 2023, apresentando uma execução de 81%. Do montante da receita total cobrada, 981 mil euros correspondem a **receitas próprias**, e 54 mil euros a **saldo transitado da gerência anterior**, 6,708 milhões de euros de **transferências totais** e 853 mil euros de **passivos financeiros**.

Face a 2022, o exercício de 2023 encerra com uma diminuição de receita total cobrada, em termos absolutos, na ordem dos 577 mil euros.

No final de 2023, o **total da despesa paga** ascendeu a 8,534 milhões de euros, representando 80% do total orçamentado (10,646 milhões de euros).

O total dos **compromissos assumidos**, no final de 2023, alcançou os 10,374 milhões de euros face aos 10,433 milhões de euros apurados no ano de 2022.

O saldo a transitar para a gerência de 2024 ronda os 63 mil euros.

2. Análise económico-financeira

Tal como já referido em anos anteriores, e no âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados, bem como efetuar uma breve análise resultante da implementação da contabilidade de gestão no Município de Sardoal.

2.1. Balanço

Em 2023, o **Ativo** do Município de Sardoal atingiu os 22,724 milhões de euros, registando um aumento de 2,972 milhões de euros (15%).

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Evolução do ativo

Componentes do Ativo	2023	2022	Δ 2022
Ativos fixos tangíveis	20 670 791,10	17 708 482,93	2 962 308,17 €
Ativos intangíveis	103 139,31	107 399,58	- 4 260,27 €
Participações financeiras	290 479,10	290 479,10	- €
Diferimentos..	4 585,95	5 282,55	- 696,60 €
Outras contas a receber.	449 049,80	449 049,80	- €
Ativo não Corrente	21 518 045,26	18 560 693,96	2 957 351,30 €
Inventários	68 611,79	70 053,26	- 1 441,47 €
Devedores por transferências e subsídios não	164 836,21	8 621,48	156 214,73 €
Clientes, contribuintes e utentes	16 737,70	13 770,94	2 966,76 €
Estado e outros entes públicos	42 752,00	45 201,00	- 2 449,00 €
Outras contas a receber	762 089,67	911 667,33	- 149 577,66 €
Diferimentos...	4 134,85	3 227,62	907,23 €
Caixa e depósitos	147 150,36	138 713,61	8 436,75 €
Ativo Corrente	1 206 312,58	1 191 255,24	15 057,34 €
Ativo Total	22 724 357,84	19 751 949,20	2 972 408,64 €

O **Ativo não corrente** com o valor de 21,518 milhões euros representa 95% do total do ativo, tendo registado um aumento de 2,957 milhões de euros (16%). Esta variação justifica-se nomeadamente pelo investimento feito durante o ano de 2023, que ascende ao valor de 1,528 milhões de euros, bem como à diminuição das depreciações acumuladas no valor de

2,225 milhões referente a regularizações feitas conforme explicado na **conta Resultados Transitado – Outras regularizações**.

Dentro desta componente encontra-se a rubrica **ativos fixos tangíveis** que representa 91% do total do ativo e registaram um aumento de 2,962 milhões de euros, onde se inclui a rubrica **Infraestruturas** com aumento no valor de 513 mil euros, a rubrica **Edifícios e Outras construções** com aumento de 481 mil euros, isto no âmbito dos bens do Domínio Público e a rubrica **Edifícios e Outras Construções** com aumento de 3,348 milhões de euros, no âmbito de Outros ativos fixos tangíveis.

Em relação às **obras em Curso**, no ano de 2023, foram encerradas obras cujo valor ascendeu a 2,707 milhões de euros.

Em relação ao **Ativo corrente**, com o valor de 1,206 milhões de euros, com o peso de 5%, registou um aumento de 1%, no valor de 15 mil euros. Para este aumento contribui a rubrica **Devedores por transferência e subsídios não reembolsáveis** que sofreu um aumento em cerca de 156 mil euros, face ao ano de 2022, sendo o mesmo justificado pela celebração da adenda ao protocolo com o Ministério de Educação, no âmbito da requalificação do edifício do Agrupamento de Escolas de Sardoal, com reforço de 140 mil euros, não tendo até à data sido ressarcido.

Em sentido contrário temos a rubrica **Outras Contas a receber** que registou uma diminuição de 150 mil euros, tendo contribuído para esta redução a rubrica **Outros Acréscimos de Rendimentos**.

De salientar ainda e apesar da rubrica **Clientes, contribuintes e utentes** apresentar um valor líquido de 17 mil euros, na mesma está considerada a verba de 881 mil euros referente a perdas por imparidades acumuladas, onde está inscrito o valor de 798 mil euros referente à venda da Barragem da Lapa.

A rubrica **Caixa e depósitos** com o valor de 147 mil euros, registou um aumento de 8 mil euros.

Em relação ao **Passivo**, o Município de Sardoal fechou o ano com um valor de 8,954 milhões de euros, sendo constituído em 70% por **Passivo não corrente** e em 30% por **Passivo corrente**. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

Evolução do Passivo

Componentes do Passivo	2023	2022	Δ 2022
Provisões	70 168,60	70 168,60	- €
Financiamentos obtidos	3 249 437,32	2 942 880,32	306 557,00 €
Fornecedores			- €
Diferimentos...	2 821 736,26	2 368 750,24	452 986,02 €
Outras contas a pagar	84 358,09	84 106,71	251,38 €
Passivo não Corrente	6 225 700,27	5 465 905,87	759 794,40 €
Credores por transferências e subsídios não re	155 991,93	112 637,06	43 354,87 €
Fornecedores.	917 001,39	584 608,20	332 393,19 €
Estado e outros entes públicos.	303 391,57	107 974,54	195 417,03 €
Financiamentos obtidos.	305 174,22	359 537,05	- 54 362,83 €
Fornecedores de investimentos	229 835,36	259 116,56	- 29 281,20 €
Outras contas a pagar.	740 741,03	650 230,18	90 510,85 €
Diferimentos.	75 933,79	36 329,94	39 603,85 €
Passivo Corrente	2 728 069,29	2 110 433,53	617 635,76 €
Passivo Total	8 953 769,56	7 576 339,40	1 377 430,16 €

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve um aumento de 18%, sendo que, o **Passivo não corrente**, aumentou 14%, no valor de 760 mil euros, e o **Passivo corrente** com aumento de 29%, no valor de 618 mil euros, totalizando um aumento de 1,377 milhões de euros face ao ano de 2022.

Em relação ao **Passivo não corrente** verifica-se que na rubrica **Provisões** se mantém igual ao ano transato, de referir ainda que o valor inscrito na referida rubrica é referente a um processo instaurado pelo IFAP, processo nº 1304/18.1 BELRA, solicitando a restituição de reembolso no valor de 70.168,60€ (PRODER- Ação 2.3.1./Sub_ção 2.3.1.1. – Defesa da Floresta contra incêndios – Operação 020000029073), cuja a sentença foi proferida em 10.02.2023, que julgou o pedido da ação totalmente procedente e, em consequência, anulou o ato administrativo do IFAP que impunha a devolução das verbas acima referidas.

Mais se informa que IFAP apresentou recurso em 09.03.2023 e prestou caução para o recurso ter efeito suspensivo sobre a sentença proferida, estando a decorrer o prazo para o Município contra-alegar.

Em relação à rubrica **Financiamentos Obtidos** verifica-se que a mesma regista um aumento em cerca de 307 mil euros, justificado pelos empréstimos a médio longo prazos aprovados, referentes a Diversas obras no Concelho, nomeadamente Reabilitação de Arruamentos e infraestruturas em Entrevinhas, Cabeça das Mós, e Zona Industrial e Área de Acolhimento e Serviço de Autocaravanas e ainda a empreitada de Requalificação do Externato Rainha Santa Isabel, nova Biblioteca municipal.

Em relação à rubrica **Diferimentos**, a mesma apresenta um valor de 2,822 milhões de euros, registando um aumento de 453 mil de euros face ao ano anterior. De referir que o aumento se deve a transferências de capital obtidas referente às obras ainda em curso.

O **Passivo corrente**, tendo-se fixado no valor de 2,728 milhões de euros, com um aumento de 618 mil euros. Verifica-se que as rubricas **Fornecedores cc**, e de **Estado e outros entes públicos** foram as que contribuíram para o referido aumento, no valor de 332 mil euros e 195 mil euros, respetivamente.

Em sentido contrário destaca-se a rubrica **Fornecedores Investimento**, que registou uma diminuição de 29 mil euros face ao ano anterior, fixando-se no valor de 230 mil euros.

Também a rubrica **Financiamento Obtidos**, registou uma diminuição de 54 mil euros em relação ao ano anterior.

Os **Fundos Próprios** que se fixaram no valor de 13,771 milhões de euros, tendo registado um aumento no valor de 1,595 milhões de euros.

Para este aumento destaca-se a rubrica **Resultados Transitados**, registaram um aumento de 1,789 milhões euros face ao ano anterior, sendo que o valor de 512 mil euros foi referente ao **Resultado líquido** do ano anterior.

De salientar ainda que, o Município de Sardoal, no momento da transição do POCAL para o SNC-AP, exercício do ano de 2020, mesma implicou a alteração da vida útil de alguns imóveis, tendo esta alteração sido feita por via da aplicação informática SNP (Sistema de Normalização do Património), e que por motivo desconhecido, os cálculos não foram feitos corretamente. Também no âmbito dos subsídios ao investimento, a transição para a aplicação SNP (Sistema de Normalização do Património) ocorreu no exercício de 2021, passando o cálculo do valor a transferir para rendimentos do exercício a ser efetuado automaticamente. Assim no exercício de 2023 foram feitos alguns testes, tendo-se verificado incorreção no registo de alguns valores o que originou diversas correções e regularizações, originado os seguintes impactos, a saber:

- Movimentações entre a rubrica de Resultados transitados (56) e Transferências e subsídios de capital (593), no valor de 247 mil euros, sendo ambas partes integrantes do Património Líquido, não causando especial impacto na comparabilidade dos montantes globais do Património Líquido.
- Diminuição das depreciações acumuladas no valor de 2,225 milhões implicando um aumento na rubrica dos Ativos Fixos Tangíveis, do Ativo, repercutindo-se mesmo aumento na rubrica Outras Variações do Património Líquido.

A rubrica **outras variações no Património Líquido**, totalizam 12,140 milhões euros, tendo registado um aumento no valor de 292 mil euros, sendo o mesmo justificado, tal como já referido na análise da **conta 562, Resultados Transitados – Outras Regularizações**, em que

se realizaram correções e regularizações, no valor de 247 mil euros, por conta de **Resultados transitados**, mas que no global tiveram pouco impacto em termos de Património Líquido.

O **Resultado líquido do período**, no valor negativo de 998 mil euros, registou uma variação negativa no valor de 486 mil euros, face ao período homólogo.

Evolução dos Fundos Próprios

Componentes dos Fundos Próprios	2023	2022	Δ 2022
Património/Capital	17 152 629,19	17 152 629,19	- €
Reservas	4 261 741,52	4 261 741,52	- €
Resultados transitados	-18 807 795,99	-20 596 730,19	1 788 934,20 €
Ajustamentos em ativos financeiros	21 519,00	21 519,00	- €
Outras variações no Património Líquido	12 140 440,84	11 848 292,78	292 148,06 €
Resultado líquido do período	-997 946,28	-511 842,50	- 486 103,78 €
Passivo dos Fundos Próprios	13 770 588,28	12 175 609,80	1 594 978,48 €

2.2. Demonstração de resultados

O **Resultado líquido do período** é negativo, e ascende a cerca de 998 mil euros, sendo que o mesmo aumentou, face ao ano anterior, em cerca de 486 mil euros.

Falando agora sobre as componentes da demonstração de resultados, **os rendimentos**, em 2023 foram de 7,230 milhões de euros para um nível de gastos de 8,227 milhões de euros, tendo-se verificado, aumentos em cerca de 5% nos rendimentos e de 11% nos gastos, mais 332 mil euros e 818 mil euros respetivamente.

Apresenta-se, de seguida, a análise aos rendimentos de 2023.

Evolução dos Rendimentos

Rendimentos	2023	2022	Δ 2022	Δ 2022 (valor)
Impostos, contribuições e taxas	570 143,14	679 722,94	-16%	-109 579,80
Vendas	1 199,02	667,00	80%	532,02
Prestações de serviços e concessões	333 585,89	299 403,71	11%	34 182,18
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 482 358,07	5 163 873,44	6%	318 484,63
Trabalhos para a própria entidade	21 258,28			21 258,28
Outros rendimentos	818 580,07	749 505,96	9%	69 074,11
Rendimentos/Gastos imputados de entidades cor	2 412,87	4 345,61	-44%	-1 932,74
Juros e rendimentos similares obtidos				
Total de Proveitos	7 229 537,34	6 897 518,66	5%	332 018,68

Os **Rendimentos** ascenderam a 7,230 milhões de euros, registando um aumento de 5%, o que representa em termos absolutos, uma variação no valor de 332 mil euros.

A rubrica **Impostos, contribuições e taxas** com o valor de 570 mil euros, registou uma diminuição de 16%, o que equivale a uma variação no valor de 110 mil euros. A rubrica principal que contribuiu para esta variação negativa, foi a rubrica **Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis**, com uma diminuição de 125 mil euros.

A rubrica **Prestações de serviços e concessões** totaliza o valor de 334 mil euros, registando um aumento de 34 mil euros. Para este aumento, destaca-se 3 rubricas, a saber:

- Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias, com aumento de 11 mil euros;
- Trabalhos por Conta de Particulares, com aumento de 10 mil euros;
- Serviços Sociais, com aumento de 17 mil euros;

Em sentido contrário, a rubrica **Cemitérios**, registou uma diminuição em cerca de 11 mil euros.

A rubrica **Transferências e subsídios correntes obtidos** com o valor de 5,482 milhões de euros, registando um aumento de 6%, o que equivale ao valor de 318 mil euros. Abaixo apresenta-se mapa com a discriminação das componentes que constituem a referida componente:

Transferências e subsídios correntes obtidos

Rendimentos		2023	2022	Variação
751113	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	3 416 674,00 €	3 483 711,00 €	-67 037,00
751114	Fundo Social Municipal (FSM)	94 647,00 €	84 396,00 €	10 251,00
751115	Participação no IRS	144 129,00 €	144 129,00 €	
751118	Participação do IVA	46 181,52 €	46 182,00 €	-0,48
75111901	DGESTE - DRSLVT - ASE	- €	5 000,00 €	-5 000,00
75111903	Transferência de Competências - Lei n° 50/2018	1 170 694,58 €	758 221,17 €	412 473,41
75111905	IFAP - Gabinete Florestal	13 979,00 €	13 979,00 €	
75111906	AFN - Sapadores Florestais	50 383,33 €	45 000,00 €	5 383,33
75111907	ANPC - Despesas Ext. c/ Fogos Florestais	12 067,21 €	27 192,24 €	-15 125,03
75111911	ANPC - Posicionamento de Meios- Alimentação	359,50 €	8 967,25 €	-8 607,75
75111914	INEM - Posto de Emergência Médica (PEM)	61 530,00 €	55 700,00 €	5 830,00
75111915	ANPC - DECIR	183 670,70 €	161 756,50 €	21 914,20
75111916	CEI e CEI+	37 790,44 €	37 951,05 €	-160,61
75111917	EAEE (Emprego Apoiado)	26 656,80 €	6 163,87 €	20 492,93
75111919	ANEPC - Protocolo Brigada de Aérodromo (SBA) (S-1591)	3 650,00 €	- €	3 650,00
75111920	ICNF- EQUIPAMENTO	5 000,00 €	4 000,00 €	1 000,00
75111921	ICNF - Apoio ao Bem Estar Animal (E-12265)	2 720,42 €	1 728,00 €	992,42
75111999	Outros	39 539,57 €	76 164,49 €	-36 624,92
751121	IHRU	15 744,00 €	- €	15 744,00
75113	Administração Local	991,67 €	458,19 €	533,48
7511901	Fundo Ambiental - AIGP	- €	1 250,00 €	-1 250,00
75141	FEDER	107 157,56 €	164 624,92 €	-57 467,36
75149	Outras	32 269,56 €	15 232,78 €	17 036,78
751901	Dentes de Leão	16 522,21 €	22 065,98 €	-5 543,77
Total de Proveitos		5 482 358,07	5 163 873,44	318 484,63

Para o referido aumento, destaca-se o aumento da rubrica **Transferência de Competências - Lei n° 50/2018**, com uma variação positiva no valor de 412 mil euros, totalizando o valor de 1,171 milhões de euros.

Em sentido contrário, destaca-se a rubrica **Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)**, que registou uma diminuição no valor de 67 mil euros, totalizando 3,417 milhões de euros.

A rubrica **outros rendimentos** com o registo de 819 mil euros, aumentou em cerca de 69 mil euros, destacando-se o aumento da rubrica **Imputação de subsídios e transferências para investimentos** no valor de 54 mil euros.

Efetuada uma análise, em termos absolutos, aos **gastos** de 2023, podemos concluir que houve um aumento de 818 mil euros, face ao ano de 2022.

Evolução dos Gastos

Gastos	2023	2022	Δ 2022	Δ 2022 (valor)
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	60 071,78	62 260,64	-4%	-2 188,86
Fornecimentos e serviços externos	1 862 241,32	1 778 028,72	5%	84 212,60
Gastos com pessoal	4 269 190,79	3 803 191,39	12%	465 999,40
Transferências e subsídios concedidos	642 369,36	471 605,07	36%	170 764,29
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	29 771,94	7 126,59	318%	22 645,35
Outros gastos	240 763,58	154 236,62	56%	86 526,96
Gastos/reversões de depreciação e amortização	999 661,00	1 104 080,60	-9%	-104 419,60
Juros e gastos similares suportados	123 413,85	28 831,53	328%	94 582,32
Total dos Gastos	8 227 483,62	7 409 361,16	11%	818 122,46

A rubrica **Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos** com o valor de 60 mil euros, tendo registado uma diminuição de 2 mil euros (-4%).

A rubrica **Fornecimentos e serviços externos** com o valor de 1,862 milhões de euros, tendo registado um aumento de 84 mil euros. Para uma melhor clarificação referente às alterações verificadas, abaixo se apresenta o seguinte mapa com as sub-rubricas que se destacam:

Gastos	2023	2022	Δ 2022 (valor)
Água	190 745,61 €	63 364,24 €	127 381,37 €
Eletricidade	308 027,74 €	199 307,94 €	108 719,80 €
Serviços de alojamento e de restauração	196 478,24 €	161 357,79 €	35 120,45 €
Limpeza, higiene e conforto	55 562,05 €	24 541,84 €	31 020,21 €
Outros Serviços	66 225,01 €	42 395,09 €	23 829,92 €
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	28 170,18 €	10 969,56 €	17 200,62 €
Comissões	13 538,92 €	362,50 €	13 176,42 €
Outros	12 307,30 €	28 415,94 €	- 16 108,64 €
Serviços de transporte	43 324,97 €	63 189,47 €	- 19 864,50 €
Outros subcontratos/concessões - Iluminação Pública	149 942,10 €	217 560,56 €	- 67 618,46 €
Serviços Culturais	80 862,11 €	157 868,91 €	- 77 006,80 €
Trabalhos especializados	201 512,08 €	322 036,60 €	- 120 524,52 €

Os **gastos com o pessoal** que ascenderam a cerca de 4,269 milhões de euros, tendo um peso de 51% do total dos gastos, registando um aumento de 12%, no valor de 466 mil euros face a 2022. Para tal contribuíram, os aumentos de vencimentos principalmente os

Assistentes Operacionais com mais de 30 anos de serviço, que tiveram dupla subida nos seus vencimentos.

No âmbito da avaliação de desempenho e considerando o biénio 2021/2022, em que os resultados tem apenas repercussões no ano seguinte, neste caso, ano de 2023, também foi, outra causa, para justificar o aumento dos gastos.

A necessidade de contratar novos trabalhadores, neste caso a termo certo, para as valências da creche e educação, tendo o valor ascendido a cerca de 53 mil euros foi outro motivo para o referido aumento.

Em relação às **transferências e subsídios correntes concedidos** que ascenderam a 642 mil euros, com um aumento no valor de 171 mil euros comparativamente com 2022. O mesmo justifica-se, nomeadamente, pelas transferências, para CMIT, 30 mil euros, o protocolo referente ao Canil/Gatil, 23 mil euros, Associações sem fins lucrativos, 18 mil euros, os benefícios sociais ao bombeiros e idosos, 32 mil euros, novos contratos do emprego apoiado, 28 mil euros, e as despesas relacionadas com o DECIR, 42 mil euros.

A rubrica **outros gastos**, com o valor de 241 mil de euros, registando um aumento de 87 mil euros face ao ano de 2022. Nesta componente as **correções de relativas a períodos anteriores** registaram um aumento de 84 mil euros.

A rubrica **gastos/reversões de depreciações e amortização**, com o valor de 1 milhão de euros, registaram uma diminuição de 104 mil euros face a 2022.

Em relação aos **juros e gastos similares suportados**, registou se um aumento de 95 mil euros, tendo em conta a conjuntura atual, neste caso o aumento das taxas de juro.

2.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Indicadores	Rácio	2023	2022
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,61	0,62
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	1,54	1,61
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	0,44	0,56
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente	0,42	0,53
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	0,05	0,07
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	-7%	-4%

2.4. Equilíbrio orçamental

De acordo com Lei das finanças locais, o **equilíbrio orçamental** pressupõe que a receita corrente bruta cobrada seja pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. É referido ainda que o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

De referir que este princípio esteve suspenso nos anos anteriores, pelo que no exercício de 2023, o mesmo é tido em conta.

Abaixo apresenta-se mapa com o cálculo do mesmo.

Equilíbrio art. 40.º Lei 73/2013	
Receita corrente cobrada bruta	
>=	
Despesa corrente + amortização média	
Receita corrente cobrada bruta	6 311 816,57
Despesa corrente	6 482 549,10
Amortizações médias	349 667,76
<hr/>	
Equilíbrio	
Desequilíbrio	520 400,29
Limite -5% das receitas correntes*	315 590,83
*o excesso deverá ser compensado no ano seguinte (n.º3, art.º 40º)	

Como se pode verificar o Município de Sardoal, e de acordo com os requisitos para o cálculo do referido princípio está em **desequilíbrio**.

Para além das receitas próprias correntes serem diminutas para combater as necessidades dos munícipes, e tendo em conta as contingências macroeconómicas que o município tem enfrentado, nomeadamente, inflação, taxas de juro.

Também a receitas correntes oriundas dos Orçamentos de Estado tem vindo a diminuir, no ano de 2023, cerca de 67 mil euros.

A necessidade de se executar os fundos comunitários em alguns casos, com taxas de comparticipação reduzidas o que implica que o Município tenha que recorrer à banca para financiamento da compartição pública nacional.

Além do exposto, o grande constrangimento tem sido relacionado com o espaço temporal entre o pagamento das despesas dos financiamentos e o seu reembolso, por exemplo, reembolso dos últimos 5% de cada candidatura, obrigando a que o Município tenha que pagar antecipadamente, pelo que o Município tem de recorrer às suas receitas correntes para pagar as mesmas.

No exercício de 2023, o Município ainda tem reembolsos a receber de financiamentos, o qual já pagou as suas despesas, a saber:

- Requalificação da Escola EB 2, 3 e Secundário de Sardoal, o valor a reembolsar ascende a 345 mil euros;

2.5. Endividamento Municipal

O limite da dívida é calculado de acordo com os artigos 52º e 54º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, na sua redação atual, bem como, o nº 1 do artigo nº2 da Lei 35/2021, de 13 agosto.

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2023 do Município de Sardoal face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2023, não excedeu o limite de endividamento.

Apuramento do limite da Dívida Total para 2023	
1. Total receita cobrada nos 3 últimos anos	17 651 656,09 €
2. Média da receita	5 883 885,36 €
3. 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos	8 825 828,05 €
Apuramento da Dívida Total	
4. Dívida total operações orçamentais do Município	
Passivo não corrente	3 333 795,41 €
Passivo corrente	1 939 654,21 €
5. Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total	
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	10 602,13 €
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	9,49 €
6. Exclusões	
Empréstimo Excecionado (artigos 82º e 102º OE 2017 e 2018 e alínea a) do nº 5, artº58 da lei 72/2013)	-1 353 683,03 €
Fundo de Apoio Municipal	
Operações de Tesouraria	-84 600,12 €
7. Dívida Total a 31/12/2023 excluindo operações extraorçamentais	3 845 778,09 €
Apuramento da Capacidade de Endividamento	
8. Limite da dívida total da autarquia calculado a 01/01/2023	8 825 828,05 €
9. Montante da Dívida Total em 01/01/2023 (excluindo operações extraorçamentais)	3 417 907,47 €
10. Margem Absoluta	5 407 920,58 €
11. Margem utilizável (40% - alínea b) do nº 3 do artº 52º)	2 163 168,23 €
12. Montante de empréstimos já contratualizados e não refletidos na dívida	49 855,92 €
13. Margem efetivamente disponível para endividamento	2 254 150,74 €

2.6. Dívida Global

Como se pode verificar no mapa seguinte a dívida total em 2023 ascende a 5,273 milhões de euros, registando um aumento de 814 mil euros, sendo que o **Passivo não corrente** contribui com 3,334 milhões de euros e o **Passivo corrente** com 1,940 milhões euros, tendo os mesmos registado aumentos no valor de 307 mil euros e 508 mil euros respetivamente.

Evolução da dívida global

Dívida Total	2023	2022	Diferença	Δ 2022
Financiamentos obtidos	3 249 437,32	2 942 880,32	306 557,00	10%
Fornecedores				
Outras contas a pagar	84 358,09	84 106,71	251,38	0%
Passivo não Corrente	3 333 795,41	3 026 987,03	306 808,38	10%
Credores por transferências e subsídios não re	155 991,93	112 637,06	43 354,87	38%
Fornecedores.	917 001,39	584 608,20	332 393,19	57%
Estado e outros entes públicos.	303 391,57	107 974,54	195 417,03	181%
Financiamentos obtidos.	305 174,22	359 537,05	-54 362,83	-15%
Fornecedores de investimentos	229 835,36	259 116,56	-29 281,20	-11%
Outras contas a pagar.	28 259,74	7 917,16	20 342,58	257%
Passivo Corrente	1 939 654,21	1 431 790,57	507 863,64	35%
Dívida Total	5 273 449,62	4 458 777,60	814 672,02	18%

Em relação às justificações referente às variações registadas, as mesmas já foram dadas no capítulo do Balanço, no caso concreto o Passivo.

Mesmo assim destaca-se o aumento da dívida total em 815 mil euros, fixando-se nos 5,273 milhões de euros.

2.6.1 Prazo médio de pagamentos

Em relação ao prazo médio de pagamentos, o mesmo é calculado conforme estipulado no despacho n° 9870/2009 de 13 de abril, sendo que à data de 31 dezembro de 2023, o mesmo registava um prazo de **104 dias** contra os 71 dias registados em 31 dezembro de 2022.

3. Contabilidade de Gestão

Tal como já referido no ano anterior e reconhecendo a importância da Contabilidade de Gestão, no sentido de obter uma melhor informação de gestão que contribua para reforçar a otimização de recursos, o Município tem trabalhado de forma a inverter algumas das fragilidades ainda existentes e assim aperfeiçoar o apuramento de custos nesta área, agora no âmbito do SNC-AP, em vigor desde janeiro de 2021, nomeadamente no que se refere aos requisitos específicos do parágrafo 37 da NCP 27, que define divulgações específicas para as autarquias locais. Trata-se de um processo que está em curso e que vai exigir uma adaptação do ERP financeiro, o qual até à data ainda não sofreu qualquer alteração.

O sistema atual não permite obter informação completa e fiável da imputação dos custos diretos e indiretos por cada bem produzido ou serviço prestado, e considerando a IPSAS 33,

que estabelece um “período de transição opcional de três anos” na adoção pela primeira vez do normativo.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

O SNC AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

Esta contabilidade permite desagregar os custos por bens, serviços e funções, e como tal, completa a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

Vem ainda facultar informação mais completa, o sistema passa a determinar, além dos custos, também os proveitos e resultados, possibilitando obter indicadores e analisar os desvios para acompanhar e controlar a gestão dos projetos.

Assim no ano de 2022, já foi criado um plano, o qual se mantém para o exercício de 2023, tendo em conta as grandes rubricas dos Bens ou serviços, decompondo-se em quatro componentes:

- Mão de obra;
- Outros Custos;
- Depreciações;
- Custos Indiretos;

3.1. Análise de custos por bem ou serviço

Apesar de estar estabelecida uma classificação funcional dos custos de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL n.º 192 /2015 de 11 de setembro, o Município entendeu criar o seu próprio plano, indo o mesmo ao encontro do estabelecido na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP.

Nesta análise e sabendo que a perfeição no âmbito dos gastos ainda está aquém, no ano de 2023 continuámos a preocuparmo-nos apenas com os gastos, ficando a análise dos rendimentos para anos futuros.

Assim, pode-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando assim obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido.

Em relação aos Bens e serviços verifica-se que o bem ou serviço com maior peso, 35%, é **ADMINISTRAÇÃO GERAL**, totalizando 2,874 milhões de euros, tendo registado um aumento de 335 mil euros face ao ano de 2022.

Posicionado na segunda posição vem **EDUCAÇÃO**, em que os gastos totalizam 1,289 milhões de euros, com peso de 16%, registando um aumento de 198 mil euros face ao ano de 2022.

Na **PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS**, totalizou de gastos o valor de 905 mil euros, com peso de 11%, tendo diminuído 252 mil euros face ao ano de 2022.

Gastos por Funções

Código	Bem ou Serviço	Mão de Obra	Outros Custos	Amortizações	Total dos Custos Diretos	Custos Indiretos	Total dos Custos	Peso
01	PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS	175 468,83 €	245 687,77 €	31 033,17 €	452 189,77 €	453 231,34 €	905 421,11 €	11%
02	EDUCAÇÃO	61 981,50 €	529 194,24 €	133 686,75 €	724 862,49 €	564 915,77 €	1 289 778,26 €	16%
03	SAÚDE	3 283,25 €	111 080,16 €	5 888,06 €	120 251,47 €	115 817,84 €	236 069,31 €	3%
04	AÇÃO SOCIAL	6 403,67 €	79 446,48 €	1 745,28 €	87 595,43 €	80 311,98 €	167 907,41 €	2%
05	HABITAÇÃO SOCIAL		15 438,85 €	32 932,48 €	48 371,33 €	19 496,59 €	67 867,92 €	1%
06	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO	1 933,45 €	15 797,57 €	276,60 €	18 007,62 €	8 291,94 €	26 299,56 €	0%
07	AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO	74 483,27 €	115 036,99 €	45 673,45 €	235 193,71 €	64 785,95 €	299 979,66 €	4%
08	PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA	41 212,14 €	313 579,95 €	112 264,58 €	467 056,67 €	241 199,02 €	708 255,69 €	9%
09	TEMPOS LIVRES E DESPORTO	20 687,41 €	284 340,32 €	49 776,83 €	354 804,56 €	159 270,32 €	514 074,88 €	6%
10	INDÚSTRIA E ENERGIA	445,42 €	154 241,07 €	115 339,48 €	270 025,97 €	78 560,32 €	348 586,29 €	4%
11	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	22 917,86 €	32 516,58 €	221 258,69 €	276 693,13 €	118 025,04 €	394 718,17 €	5%
12	COMÉRCIO E TURISMO	32 613,64 €	45 229,22 €	5 228,36 €	83 071,22 €	66 932,51 €	150 003,73 €	2%
14	TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ENTIDADES	65,10 €	75 985,84 €		76 050,94 €	32 200,73 €	108 251,67 €	1%
16	ADMINISTRAÇÃO GERAL	41 254,75 €	1 614 200,87 €	235 444,30 €	1 890 899,92 €	983 421,75 €	2 874 321,67 €	35%
20	OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA		97 757,80 €		97 757,80 €	39 046,40 €	136 804,20 €	2%
Totais		482 750,29 €	3 729 533,71 €	990 548,03 €	5 202 832,03 €	3 025 507,51 €	8 228 339,54 €	100%

Evolução 2023 vs 2022

Código	Bem ou Serviço	2023	2022	Diferença
01	PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS	905 421,11 €	1 157 531,93 €	-252 110,82 €
02	EDUCAÇÃO	1 289 778,26 €	1 091 538,70 €	198 239,56 €
03	SAÚDE	236 069,31 €	31 690,29 €	204 379,02 €
04	AÇÃO SOCIAL	167 907,41 €	136 403,63 €	31 503,78 €
05	HABITAÇÃO SOCIAL	67 867,92 €	11 246,77 €	56 621,14 €
06	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO	26 299,56 €	201 988,82 €	-175 689,26 €
07	AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO	299 979,66 €	75 817,56 €	224 162,10 €
08	PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA	708 255,69 €	809 009,58 €	-100 753,90 €
09	TEMPOS LIVRES E DESPORTO	514 074,88 €	388 737,24 €	125 337,64 €
10	INDÚSTRIA E ENERGIA	348 586,29 €	200 917,68 €	147 668,61 €
11	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	394 718,17 €	437 952,24 €	-43 234,06 €
12	COMÉRCIO E TURISMO	150 003,73 €	120 211,09 €	29 792,64 €
14	TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ENTIDADES	108 251,67 €	184 083,34 €	-75 831,66 €
16	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2 874 321,67 €	2 539 170,48 €	335 151,19 €
20	OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	136 804,20 €	24 021,16 €	112 783,04 €
Totais		8 228 339,54 €	7 410 320,51 €	818 019,03 €

4. Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso

A lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, estipula na redação atual do seu art.º 7.º que “A Execução Orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.”

Por pagamentos em atraso entendem-se as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato ou documentos equivalentes (alínea e) do art.º 3.º da referida lei).

O Município de Sardoal à data de 31 dezembro de 2023, apresentou pagamentos em atraso, no valor de 149.283,69€.

De salientar que a situação em apreço se verificou, pelo facto, de o Município ter que fazer pagamentos até final do ano de 2023, referente à empreitada do Externato, nova Biblioteca Municipal, no valor de 156 mil euros, e assim minimizar o risco de poder ver reduzido o financiamento para a referida obra.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que o resultado líquido do período é negativo no valor de 997.946,28 euros, propondo-se que o referido valor seja transferido para a conta “561 – Resultados Transitados (de períodos anteriores).

Capítulo III – Reporting de atividades

O ano de 2023 foi marcado pela “pressão” da conclusão das obras referentes ao Quadro Comunitário Portugal 2020, que agora termina. Tal situação determinou uma acentuada intensificação na exigência das diferentes respostas das nossas estruturas de Recursos Humanos assim como um acréscimo de responsabilidades financeiras.

Sendo certo que as condicionantes, diretas do período Covid-19 e as indiretas continuaram a sentir-se, referindo-me ao aumento do custo de vida, ao aumento do custo das matérias-primas e à escassez de mão-de-obra, o que tem provocado uma maior dilação nos prazos de conclusão das diferentes obras. Não alheio a tudo isto e, lamentavelmente com um final difícil de prever, não nos podemos esquecer dos efeitos de uma guerra na Europa e o seu forte impacto nas diferentes economias mundiais. Foi com estas duras realidades que nos confrontámos durante o ano de 2023.

Apesar dos constrangimentos apontados anteriormente, de uma forma geral, não deixámos de contribuir para a resolução das necessidades básicas assim como, para a qualidade de vida dos Sardealenses onde se incluem áreas como a Ação Social, a Cultura, a Proteção Civil, o Associativismo entre muitas outras à frente descritas, não nos deixando resumir às obras materiais.

Damos, como sempre demos, especial destaque às franjas mais vulneráveis da nossa comunidade, aos mais necessitados, aos mais expostos, às adversidades que uma conjuntura mais desfavorável em nada ajuda.

Neste documento damos reporte da situação económica e financeira decorrente da execução de todas as atividades desenvolvidas ao longo do ano, inscritas nas Grandes Opções do Plano e diferentes dotações corrigidas em orçamento:

1.1 Das Funções Gerais da Administração Autárquica

- ✓ A formação dos trabalhadores do município tem sido e sempre será uma prioridade, no entendimento que a sua valorização profissional está diretamente relacionada com a prestação de serviços de qualidade. A maioria da formação prestada está articulada com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- ✓ Fortalecemos o nosso desempenho no âmbito descentralização de competências, não só com o Estado Central, mas também com as Juntas de Freguesia do nosso Concelho;

- ✓ Demos continuidade ao trabalho de melhoria das instalações nos edifícios municipais;
- ✓ O ano de 2023 foi também o ano de preparação estratégica do quadro comunitário que agora começa, assim como o início da concretização do Plano de Recuperação e Resiliência, uma realidade muito bem-vinda.

- ✓ No domínio da **Proteção Civil e Segurança Pública**:
 - No decorrer do ano em apreço, demos continuidade à implementação de novos projetos inerentes a novas estratégias no âmbito do ordenamento do território, particularmente o florestal como por exemplo, as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, os Condomínios das Aldeias e o projeto “RESIST”;
 - Como anteriormente foi referido, na construção das diferentes linhas de financiamento inerentes ao próximo (já em curso) quadro comunitário, incidimos os nossos esforços em garantir que esta fosse contemplada de modo a podermos garantir a continuidade da eficiência e eficácia na resposta operacional que tem vindo a ser dada;
 - No Gabinete Técnico Florestal foi dada continuidade às atividades de acompanhamento, desenvolvimento e execução das ações previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI);
 - Foram efetuados trabalhos de manutenção das faixas de gestão de combustível, tanto da rede primária como da rede secundária, de acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios Rurais;
 - Foram garantidas todas as ações de proteção e socorro pelos Bombeiros Municipais de Sardeal, não só no nosso concelho como em diferentes regiões do nosso País;
 - Acompanhámos todas as ações preventivas e de mitigação de riscos existentes no território;
 - Fiscalizámos e acompanhámos situações de risco para pessoas e bens, designadamente infraestruturas que confinam com a via pública;
 - Elaborámos e operacionalizámos o novo Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil;
 - Celebrámos o “Mês da Proteção Civil”, desenvolvendo atividades junto da população, nomeadamente da comunidade escolar;
 - Garantimos a capacidade operacional do Corpo de Bombeiros, tanto ao nível de recursos humanos, como de equipamentos de proteção;
 - Promovemos a substituição de recursos materiais e equipamentos de intervenção, procurando a melhoria operacional do Corpo de Bombeiros;

- Colaborámos com a ANEPC no âmbito dos dispositivos de prevenção e socorro implementados no nosso território;
- Colaborámos com a UEPS (GNR) na operacionalização do Centro de Meios Aéreos de Sardoal;

As atividades realizadas neste âmbito tiveram em estreita colaboração com o ICNF, GNR, ANEPC e INEM.

1.2 Das Funções Sociais

No domínio da **Educação**:

- ✓ A educação é um dos pilares fundamentais da nossa sociedade, assim sendo, não poderíamos deixar de dar a atenção privilegiada que esta área das políticas públicas bem merece e, neste sentido, temos vindo a cimentar todos os projetos desenvolvidos até então, em articulação com o Agrupamento de Escolas de Sardoal e os demais parceiros da comunidade educativa;
- ✓ Durante este ano desenvolvemos todos os esforços no sentido de incluir no quadro comunitário a requalificação do Jardim de Infância da Presa;
- ✓ Também foi o ano em que vimos aprovada a nossa candidatura para a construção da valência de Creche, desenvolvemos todo o processo da candidatura assim como o projeto de execução, fundamental para a execução e aprovação da obra;
- ✓ Continuámos com os programas da Componente de Apoio à Família (CAF) Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC);
- ✓ Disponibilizámos o programa “Escola Virtual” para todos os alunos do 1º Ciclo e 2º ciclo;
- ✓ Demos continuidade à nossa participação na Rede de Escolas de Excelência;
- ✓ Demos continuidade ao processo de revisão da Carta Educativa e ao desenvolvimento do Plano Estratégico de Educação;
- ✓ Implementámos o projeto Educação pela Arte para os alunos de 1º Ciclo;
- ✓ Demos continuidade ao projeto T-Code – Literacia Digital, para os alunos de 1º ciclo;
- ✓ Realizámos a visita de estudo ao estrangeiro com os alunos do ensino secundário, em articulação com o Agrupamento de Escolas;
- ✓ Atribuímos Prémios de Mérito;
- ✓ Atribuímos Bolsas de Estudo ao Ensino Superior;
- ✓ Apoiámos o desenvolvimento do Plano Anual de Atividades, nomeadamente com a disponibilização de transporte para Visitas de Estudo de âmbito curricular;
- ✓ Majorámos o apoio atribuído no âmbito da Ação Social Escolar;
- ✓ Demos continuidade à oferta de refeições a todos os alunos até ao 2º Ciclo;
- ✓ Requalificámos o Parque Infantil do JI de Sardoal.

- ✓ No domínio dos **Serviços Individuais de Saúde e Ação Social:**
 - Ao nível da **Educação:**
 - Demos continuidade ao programa da fruta escolar;
 - Desenvolvemos atividades de tempos livres (Férias Desportivas) no período de interrupção letiva no verão,
 - Realizámos em parceria com a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Sardeal o ATL de Verão.

 - Ao nível da **Habitação:**
 - Demos continuidade à execução da Estratégia Local da Habitação, mais concretamente com a elaboração de projetos e candidaturas para o 1º Direito e Habitação a Custos Controlados;
 - Articulámos com os proprietários privados a requalificação de alguns imóveis enquadrados no 1º direito;
 - Fizemos algumas obras de manutenção, conservação e requalificação nas habitações sociais;
 - Assegurámos o atendimento diário aos Munícipes;
 - Demos continuidade às atividades no âmbito da Loja Social.

 - Outras áreas **Sociais**
 - Informámos e procedemos ao encaminhamento para intervenção em situações ligadas aos problemas de alcoolismo, toxicodependência, saúde mental, violência doméstica e outros;
 - Organizámos e acompanhámos ações de promoção do desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e emocional das crianças e jovens;
 - Organizámos e realizámos ações de acompanhamento que combatam o isolamento social dos idosos com mais de 65, não institucionalizados;
 - Demos continuidade ao apoio à natalidade;
 - Demos continuidade ao projeto de teleassistência para os idosos;
 - Demos continuidade à implementação da prática do voluntariado no Concelho, de modo a promover a entreatajuda em vários domínios (social, cultural, desportivo e outros) e a solidariedade através do voluntariado;
 - Procedemos ao atendimento personalizado às vítimas de violência doméstica no âmbito do Espaço M;
 - Demos continuidade ao programa *abem* – Rede Solidária do Medicamento;

- Demos continuidade ao trabalho até então desenvolvido no reforço das atividades da Universidade Sénior;
 - Concluímos, em articulação com os restantes parceiros da CIMT o Plano Municipal para a Igualdade;
 - Fizemos o atendimento de cidadãos para a prestação social de Rendimento Social de Inserção;
 - Apoiámos a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.
- ✓ No âmbito da **rede social**:
- Dinamizámos parcerias através de Reuniões do Núcleo Executivo e do Conselho Local de Ação Social (CLAS);
 - Articulámos com as instituições da região no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas – POAPMC.
- ✓ No âmbito dos **Serviços Culturais**, desenvolvemos as seguintes atividades:
- Realizámos o Encontro Internacional de Piano;
 - Dinamizámos diversas atividades no Centro Cultural;
 - Programámos e dinamizámos diferentes atividades no âmbito da Cultura para Todos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
 - Concluímos o projeto “Connecting Dots – Dentes de Leão”, em parceria com a Culturgest, a Associação Materiais Diversos e a Academia dos Sentidos (Islândia);
 - Dinamizámos as Festas do Concelho;
 - Apresentámos, com sucesso, a candidatura à programação da Direção Geral das Artes.
- ✓ No âmbito de **Biblioteca**
- Continuámos com a requalificação do Externato Rainha Santa Isabel para a nova Biblioteca Municipal;
 - Demos continuidade à implementação do Projeto CIA – Cidadania Informada e Ativa;
 - Realizámos a Semana da Leitura;
 - Trabalhámos em parceria com o Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas do Médio Tejo no desenvolvimento de projetos intermunicipais;
 - Demos continuidade à dinamização da Rede de Bibliotecas de Sardeal;
 - Realizámos atividades de promoção do gosto pela leitura e pela produção literária (concursos, palestras, workshops);

- Assinalámos e comemorámos diferentes datas com diferentes atividades, nomeadamente exposições.
- ✓ O sector do **Turismo** sempre foi estrategicamente relevante não só pela preservação, promoção e divulgação do nosso património, da nossa história, mas também como fator de desenvolvimento económico. 2023 foi o ano em que vimos aprovada a nossa candidatura da Semana Santa e da Festa do Bodo a Património Cultural Imaterial, assim,
- Foi constituído o Conselho Municipal de Turismo de Sardoal;
 - Representámos o Município no Workshop Internacional Religioso em Fátima;
 - Participámos na Bolsa de Turismo de Lisboa;
 - Demos continuidade e promovemos a capacitação de Agentes locais, em parceria com a Associação de Municípios da Rota da Estrada N2;
 - Inaugurámos a Área de Serviço de Autocaravanas;
 - Participámos no grupo de trabalho da Rede de Museus do Médio Tejo;
 - Demos continuidade, em parceria com o Turismo de Portugal, à integração da Casa Grande no programa REVIVE;
 - Demos continuidade à inserção de conteúdos no Arquivo da Memória;
 - Participámos na construção e dinamização do projeto de promoção das Artes e Ofícios no Ribatejo Interior através de projeto da TAGUS em parceria com os Municípios de Abrantes e Constância.
- ✓ Na área do **Desporto e Recreio**:
- Realizámos trabalhos de manutenção e dinamizámos os diferentes percursos pedestres;
 - Assegurámos a realização das atividades de aprendizagem e desenvolvimento da modalidade desportiva de natação e hidroginástica;
 - Continuámos em colaboração com a Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2, a dinamização e promoção da mesma;
 - Realizámos eventos desportivos como as Corridas da Liberdade e o VII Trail Terras do Sardão;
 - Demos apoio a todas as associações e grupos desportivos na prossecução dos seus planos e necessidades desportivas (apoio financeiro, logístico e técnico);
 - Disponibilizámos as condições necessárias à prática desportiva de lazer no parque desportivo municipal, nomeadamente às associações locais;

- Inaugurámos o Centro de Cylin' Portugal de Sardoal;
 - Em articulação com a Federação Portuguesa de Voleibol, realizámos as finais nacionais do campeonato de iniciados masculinos.
- ✓ Na área da **Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza:**
- Promovemos atividades no âmbito do Programa de Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas do Instituto Português do Desporto e da Juventude;
 - Demos continuidade aos trabalhos de manutenção dos 4 cemitérios propriedade do Município (Sardoal, Cabeça das Mós, Andreus e S. Simão);
 - Implementámos em todo o Concelho, um sistema de recolha de óleos alimentares usados;
 - Demos continuidade, de forma gratuita, à recolha e encaminhamento de resíduos de construção e demolição (pequenas obras isentas de controlo prévio), equipamentos elétricos, eletrónicos e monos;
 - Participámos na gestão do Centro de Recolha Oficial, uma parceria com os municípios de Abrantes e Constância;
 - Apoiámos a constituição de colónias de gatos;
 - Desenvolvemos juntamente com os Municípios parceiros no Canil/Gatil Intermunicipal (Abrantes e Constância), de campanhas de sensibilização nesta matéria;
 - Acompanhámos as ações de defesa da floresta, incluindo a operacionalização das medidas e legislação publicadas pela Tutela;
 - Operacionalizámos o funcionamento da equipa de Sapadores Florestais sob gestão do Município de Sardoal;
 - Procedemos à operacionalização dos programas “Aldeias Seguras, Pessoas Seguras”;
 - Celebrámos o dia do “Dia da Árvore” e “Dia da Floresta Autóctone”, desenvolvendo atividades junto da população, designadamente da comunidade escolar;
 - Operacionalizámos a Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) “Sardoal I” (freguesias de Alcaravela e de Santiago de Montalegre), recentemente aprovada pela Direção Geral do Território, por forma a tornar o nosso território mais resiliente aos incêndios rurais;
 - Demos continuidade às ações necessárias para a execução dos projetos “Condomínios de Aldeia”;

- Prestámos apoio e aconselhamento aos cidadãos que recorram ao Gabinete Técnico Florestal de Sardeal.

1.3 Das Funções Económicas

- ✓ Dinamizámos o espaço Cá da Terra nas suas vertentes de comercialização, promoção, e workshops dos produtos locais e exposições relacionadas com a história e cultura do Concelho;
- ✓ Continuámos a estabelecer parcerias e organizar diversas iniciativas no âmbito do Gabinete de Apoio ao Empresário;
- ✓ Demos continuidade às ações do Gabinete de Apoio ao Emigrante por forma a dar resposta ao crescente número de estrangeiros que se pretendem instalar e investir no nosso território.

- ✓ Na vertente de **Indústria e Energia**:
 - Em conjunto com a EDP, demos continuidade à ampliação e racionalização da rede de Iluminação Pública com a substituição de luminárias para tecnologia LED;
 - Participámos em projetos promovidos pela Médio Tejo 21.

- ✓ Relativamente aos **Transportes e Comunicações**:
 - Continuámos com o sistema de Transporte a Pedido, em parceria com a CIMT;
 - Reparámos diversos caminhos, pontões e passeios em todo o Concelho.

1.4 Das Outras Funções

- ✓ Apoiámos as nossas coletividades no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo;
- ✓ Demos continuidade ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal;
- ✓ Demos continuidade ao processo de modernização administrativa dos serviços;
- ✓ Levámos a cabo o orçamento participativo e pela primeira vez o orçamento participativo jovem.

2. Grandes Opções do Plano

Em relação à execução anual das Grandes Opções do Plano, as mesmas registaram uma execução de 75% (2,782 milhões de euros).

De referir ainda que a despesa faturada ascendeu a 3,342 milhões de euros, registando uma execução de 90%.

A rubrica **Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos** foi a que mais contribuiu para a execução total das GOP's, com um peso de 38%, com o valor total de 1,070 milhões de euros, sendo que a mesma teve uma faturação de 1,180 milhões de euros. Para tal contribuiu a empreitada de requalificação do externato Santa Isabel, nova Biblioteca Municipal:

Logo a seguir posicionou-se a rubrica **Operações da Dívida Autárquica**, com valor de 717 mil euros, tendo um peso de 26%. Nesta rubrica estão incluídas as amortizações dos empréstimos de Curto e Médio Longo Prazo.

A rubrica **Educação**, e apesar da empreitada de Requalificação do Agrupamento de escolas ter finalizado no decorrer do ano de 2023, a mesma obteve um peso de 9%, totalizando o valor de 256 mil euros.

Execução das Grandes Opções do Plano

Descrição	Previsão da Despesa		Faturado		Pagamento	
	Inicial	Final	Valor	%	Valor	%
1 Funções Gerais	431 752,00	275 038,00	251 411,04	91%	221 551,71	81%
1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública	310 018,00	171 488,00	157 052,67	92%	145 466,23	85%
1.1.1 Administração geral	310 018,00	171 488,00	157 052,67	92%	145 466,23	85%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	121 734,00	103 550,00	94 358,37	91%	76 085,48	73%
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	121 734,00	103 550,00	94 358,37	91%	76 085,48	73%
2 Funções Sociais	2 765 573,00	1 856 404,00	1 653 235,13	89%	1 397 788,59	75%
2.1.0 Educação	864 545,00	405 536,00	356 345,70	88%	256 230,81	63%
2.1.1 Ensino não superior	684 565,00	237 229,00	201 977,22	85%	139 501,57	59%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	179 980,00	168 307,00	154 368,48	92%	116 729,24	69%
2.2.0 Saúde	9 500,00	536,00	535,48	100%	535,48	100%
2.3.0 Segurança e Acção Sociais	50 144,00	43 983,00	40 823,90	93%	37 736,60	86%
2.3.2 Acção social	50 144,00	43 983,00	40 823,90	93%	37 736,60	86%
2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos	476 104,00	104 180,00	75 487,08	72%	33 029,71	32%
2.4.1 Habitação	268 575,00	548,00	546,79	100%	146,79	27%
2.4.2 Ordenamento do território	40 443,00	11 765,00	1 246,08	11%	889,26	8%
2.4.3 Saneamento						
2.4.4 Abastecimento de água	15 000,00					
2.4.5 Resíduos sólidos	738,00	738,00	738,00	100%	738,00	100%
2.4.6 Protecção do meio ambiente	151 348,00	91 129,00	72 956,21	80%	31 255,66	34%
2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 365 280,00	1 302 169,00	1 180 042,97	91%	1 070 255,99	82%
2.5.1 Cultura	1 258 975,00	1 227 427,00	1 118 080,52	91%	1 016 216,65	83%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	106 305,00	74 742,00	61 962,45	83%	54 039,34	72%
3 Funções Económicas	1 249 964,00	635 772,00	567 724,11	89%	343 162,58	54%
3.1.0 Agricultura, Silvicultura Pecuária e Pesca	56 180,00	67 270,00	66 140,50	98%	33 089,70	49%
3.2.0 Indústria e Energia	85 685,00	25 102,00	16 348,73	65%	8 656,09	34%
3.3.0 Transportes e Comunicações	755 863,00	275 150,01	224 531,74	82%	121 514,52	44%
3.3.1 Transportes rodoviários	755 863,00	275 150,01	224 531,74	82%	121 514,52	44%
3.4.0 Comércio e Turismo	168 104,00	147 274,99	144 195,79	98%	126 347,52	86%
3.4.1 Mercados e feiras	5 517,00	258,99				
3.4.2 Turismo	162 587,00	147 016,00	144 195,79	98%	126 347,52	86%
3.5.0 Outras funções económicas	184 132,00	120 975,00	116 507,35	96%	53 554,75	44%
4 Outras Funções	577 831,00	934 541,00	869 945,10	93%	819 170,03	88%
4.1.0 Operações da Dívida Autárquica	398 466,00	748 177,00	716 987,27	96%	716 987,27	96%
4.2.0 Transferências entre Administrações	106 640,00	165 791,00	135 573,27	82%	96 889,81	58%
4.3.0 Diversas não especificadas	72 725,00	20 573,00	17 384,56	85%	5 292,95	26%
Total	5 025 120,00	3 701 755,00	3 342 315,38	90%	2 781 672,91	75%

Comparando agora com o mesmo período homólogo, no ano de 2023, verifica-se que as **GOP'S** registaram uma diminuição no valor de 923 mil euros, o que corresponde a 25%.

Para o referido resultado, o **PPI** contribuiu com a diminuição no valor de 797 mil euros, e as **Atividades Mais Relevantes (AMR)** com um valor de 126 mil euros.

Individualmente a função que registou o maior aumento foi a **Cultura**, registando aumento no valor de 421 mil euros, tendo este aumento sido influenciado pelo PPI, até porque nesta mesma função as AMR, diminuíram no valor de 147 mil euros. Como foi dito já anteriormente, os gastos com a construção da nova biblioteca Municipal é o fator principal para justificar o referido aumento.

Em sentido contrário verificamos a Função, **Ensino não superior**, que foi a que maior descida registou, com o valor de 1,041 milhões de euros, face ao ano de 2022, e deve-se a facto de no ano de 2022 se ter assumido grande parte da despesa referente à empreitada de requalificação do Agrupamento de Escolas de Sardoal.

Abaixo apresenta-se um quadro com os valores registados em 2022 e 2023.

Comparação da execução das Grandes Opções do Plano

Descrição	MONTANTE EXECUTADO NO ANO						Δ 2022
	2 022		2 023			Peso	
	PPI	AMR	PPI	AMR	TOTAL		
1 Funções Gerais	92 916,42	19 187,76	165 861,93	55 689,78	221 551,71	8%	98%
1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública	46 720,20	4 187,76	107 776,45	37 689,78	145 466,23	5%	186%
1.1.1 Administração geral	46 720,20	4 187,76	107 776,45	37 689,78	145 466,23	5%	186%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	46 196,22	15 000,00	58 085,48	18 000,00	76 085,48	3%	24%
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	46 196,22	15 000,00	58 085,48	18 000,00	76 085,48	3%	24%
2 Funções Sociais	1 559 028,96	508 743,95	1 025 926,82	371 861,77	1 397 788,59	50%	-32%
2.1.0 Educação	1 193 298,38	127 250,77	163 503,83	92 726,98	256 230,81	9%	-81%
2.1.1 Ensino não superior	1 180 906,20		139 501,57		139 501,57	5%	-88%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	12 392,18	127 250,77	24 002,26	92 726,98	116 729,24	4%	-16%
2.2.0 Saúde	24 003,45		535,48		535,48	0%	-98%
2.3.0 Segurança e Acção Sociais	1 362,35	13 813,14	5 522,70	32 213,90	37 736,60	1%	149%
2.3.2 Acção social	1 362,35	13 813,14	5 522,70	32 213,90	37 736,60	1%	149%
2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos	38 972,83	314,04	24 650,74	8 378,97	33 029,71	1%	-16%
2.4.1 Habitação			146,79		146,79	0%	
2.4.2 Ordenamento do território	37 051,53		889,26		889,26	0%	-98%
2.4.3 Saneamento							
2.4.4 Abastecimento de água							
2.4.5 Resíduos sólidos	1 033,20		738,00		738,00	0%	-29%
2.4.6 Protecção do meio ambiente	888,10	314,04	22 876,69	8 378,97	31 255,66	1%	2500%
2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e R	301 391,95	367 366,00	831 714,07	238 541,92	1 070 255,99	38%	60%
2.5.1 Cultura	258 906,62	336 677,52	826 362,73	189 853,92	1 016 216,65	37%	71%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	42 485,33	30 688,48	5 351,34	48 688,00	54 039,34	2%	-26%
3 Funções Económicas	566 705,24	89 468,04	242 028,73	101 133,85	343 162,58	12%	-48%
3.1.0 Agricultura, Silvicultura Pecuária e		11 167,80		33 089,70	33 089,70	1%	196%
3.2.0 Indústria e Energia	72 428,25		8 656,09		8 656,09	0%	-88%
3.3.0 Transportes e Comunicações	385 006,35		121 514,52		121 514,52	4%	-68%
3.3.1 Transportes rodoviários	385 006,35		121 514,52		121 514,52	4%	-68%
3.4.0 Comércio e Turismo	109 270,64	50 290,40	111 858,12	14 489,40	126 347,52	5%	-21%
3.4.1 Mercados e feiras							
3.4.2 Turismo	109 270,64	50 290,40	111 858,12	14 489,40	126 347,52	5%	-21%
3.5.0 Outras funções económicas		28 009,84		53 554,75	53 554,75	2%	91%
4 Outras Funções	17 534,57	851 414,24	5 292,95	813 877,08	819 170,03	29%	-6%
4.1.0 Operações da Dívida Autárquica		665 410,10		716 987,27	716 987,27	26%	8%
4.2.0 Transferências entre Administraçõ		186 004,14		96 889,81	96 889,81	3%	-48%
4.3.0 Diversas não especificadas	17 534,57		5 292,95		5 292,95	0%	-70%
Total	2 236 185,19	1 468 813,99	1 439 110,43	1 342 562,48	2 781 672,91	100%	-25%
Diferença 2023 - 2022			-797 074,76	-126 251,51	-923 326,27		

Município de Sardeal, 20 abril de 2024

O Órgão Executivo